

MEDITATIO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

ISSN 2359-3318



latindex

Ano 4. Volume 1. De janeiro a maio de 2017.



EXPEDIENTE

FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU – UNIGUAÇU

Rua Padre Saporiti, 717 – Bairro Rio D'Áreaia
União da Vitória – Paraná
CEP. 84.600-000
Tel.: (42) 3522 6192

CATALOGAÇÃO
ISSN 2359-3318

LATINDEX
FOLIO 25162
FOLIO ÚNICO 22167

CAPA
Lucas França Burgath

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIGUAÇU

Presidente da Mantenedora
Dr. Wilson Ramos Filho

Superintendência das Coligadas UB
Prof. Ms. Edson Aires da Silva

Direção Geral
Profª. Ms. Marta Borges Maia

Coordenação Acadêmica
Prof. Ms. Marcos Joaquim Vieira

Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão
Cassiana Maria Rocha

Presidente do Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos – ISPAE
Profª. Ms. Dagmar Rhinow

Coordenação do Curso de Administração
Prof. Ms. Jonas Elias de Oliveira

Coordenação do Curso de Agronomia
Prof. Ms. Zeno Jair Caesar Junior

Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo
Profª. Ms. Eliziane Cappelletti

Coordenação do Curso de Biomedicina
Profª. Ms. Janaína Ângela Túrmina

Coordenação do Curso de Direito
Prof. Sandro Marcelo Perotti

Coordenação do Curso de Educação Física
Prof. Dr. Andrey Portela



Coordenação do Curso de Enfermagem

Prof^a. Ms. Milena Schmitz Gomes

Coordenação dos Cursos Engenharia Civil

Prof. Larissa Yagnes

Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica

Prof. Claudinei Dozorski

Coordenação do Curso de Engenharia Mecânica

Prof. Ms. Everaldo Cesar de Castro

Coordenação do Curso de Engenharia de Produção

Prof. Ms. Everaldo Cesar de Castro

Coordenação do Curso de Farmácia

Prof^a. Ms. Silmara Brietzing Hennrich

Coordenação do Curso de Fisioterapia

Prof^a. Ms. Giovana Simas de Melo Ilkiu

Coordenação do Curso de Medicina Veterinária

Prof. Ms. João Estevão Sebben

Coordenação do Curso de Nutrição

Prof. Wagner Osório de Almeida

Coordenação do Curso de Psicologia

Prof^a. Darciele Mibach

Coordenação do Curso de Serviço Social

Prof^a. Lucimara Dayane Amarantes

Coordenação do Curso de Sistemas de Informação

Prof. Ms. André Weizmann

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REVISTA

Editor Geral das Revistas Uniguaçu

Prof. Atilio A. Matozzo

Conselho Editorial

Prof^a. Dr^a. Marilucia Flenik da Silva (UNIGUAÇU)
Prof. Dr. Carlos Eduardo Moreira (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Jonas de Oliveira (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Romildo João Lisboa (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Leonel de Castro Filho (UNIGUAÇU)
Prof^a. Ms. Juliana Pessi Mayorca (UNIGUAÇU)
Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Fernando David Perazolli (UNIGUAÇU)
Prof^a. Ms. Marta Borges Maia (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Edson Aires da Silva (Campo Real)

SUMÁRIO

A (I)LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DA RELATIVIZAÇÃO ATÍPICA DA COISA JULGADA , por Amanda Cardozo Kranholdt e Cainã Domit Vieira.....	05
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO PARTICIPATIVO FAMÍLIA E ESCOLA , por Alexandre Matos e Kátia Jane Ribeiro.....	20
ANÁLISE DO DISCURSO DE MICHELLE OBAMA – DISPOSIÇÕES E REFLEXÕES ACERCA DA PRIMEIRA DAMA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA , por Atílio Augustinho Matozzo, Bárbara Neppel, Karla Adriane Goslar e Talita Giovanoni.....	26
DISCURSIVIDADE E ANÁLISE. A RELEVÂNCIA DA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA NO ÂMBITO JURÍDICO , por Felipe Medeiros da Rosa e Mateus Lourenço.....	38
HUMANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS: NOVOS PARADIGMAS PARA A SAÚDE E GESTÃO , por Robson Stigar e Vanessa Ruthes.....	53
LEI 13.146/15, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: UMA FERRAMENTA PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO COMUM/REGULAR? , por Maria Fernanda Ferreira Nadolny e Sandra Salete Camargo Silva.....	68

A (I)LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DA RELATIVIZAÇÃO ATÍPICA DA COISA JULGADA

Amanda Cardozo Kranholdt¹
Cainã Domit Vieira²

RESUMO: Considerando a função da coisa julgada enquanto direito dos litigantes a uma definição da demanda, gerando estabilidade e segurança jurídica ao processo, o presente artigo examinará, a partir da relevância e dos limites do trânsito em julgado das decisões judiciais, o impacto da pós-modernidade no processo civil, tendo em vista a fluidez do direito como característica marcante desta fase, que ameaça a previsibilidade do processo e sua adequação à Lei Processual por meio de teses como a instrumentalidade processual e, no que diz respeito à imutabilidade das sentenças, pela teoria da relativização atípica da coisa julgada. Após a exposição da influência da pós-modernidade e dos limites dos efeitos da coisa julgada, a análise terá como foco a (i)legitimidade democrática do Poder Judiciário e os riscos de sujeitar um instituto processual sólido à subjetividade do julgador.

PALAVRAS-CHAVE: Coisa julgada; Modernidade Líquida; Estabilidade; Segurança Jurídica; Estado Democrático de Direito.

ABSTRACT: Considering the function of res judicata as the right of litigants to a definition of demand, generating stability and legal certainty to the process, this article will examine, from the relevance and limits of the finality of judicial decisions, the impact of postmodernity In the civil process, in view of the fluidity of law as a defining characteristic of this phase, which threatens the predictability of the process and its adequacy to the Procedural Law through theses such as procedural instrumentality and, as regards the immutability of sentences, Of the atypical relativization of the thing judged. After analyzing the influence of postmodernity and the limits of the effects of res judicata, the analysis will focus on (i) the democratic legitimacy of the judiciary and the risks of subjecting a sound procedural institute to the subjectivity of the judge.

KEYWORDS: Thing judged; Net Modernity; Stability; Legal Security; Democratic State.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: O PROCESSO CIVIL NA MODERNIDADE LÍQUIDA

Figurando como etapa histórica de transição identificada pela ideia de progresso (BITTAR, 2008, p. 138), a pós-modernidade representa um regresso obtido em nome do desenvolvimento almejado de maneira intensa e irracional. Tal ânsia da humanidade pelo avanço acaba por atender à previsão de Adorno e Horkheimer (1985, p. 46), pela qual “a maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão”.

Vive-se, assim, num contexto de “inoperância de uma razão que tolera o convívio com a degradação humana, com a violência e com a fome” (BITTAR, 2008,

¹ Acadêmica do 9º período do Curso de Direito das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (Uniguaçu).

² Coordenador do Curso de Especialização em Direito Processual Civil e professor nas Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (Uniguaçu). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Advogado.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

p. 138), prevalecendo, portanto, a indiferença social, cujo reflexo no direito implica na mudança do paradigma moderno de certezas, estabilidade, segurança e legalidade para um quadro instaurado com a ideia de repensar o direito, o que se dá por ideias como “desmantelamento; desagregação; banalização; abalo; desordem; ilegalidade; contracultura; ineficácia”. (BITTAR, 2008, p. 146).

Eduardo Carlos Bianca Bittar (2008, p. 141-142) registra que

uma sociedade desencantada e que vive a angústia do fim das utopias, da exaustão das grandes metanarrativas, a ascensão de um modo de vida menos político e mais estético, menos coletivo e mais individual, mais leve e consumista, mais líquido e inconsistente, mais frenético e desbussolado. Certamente, como massa de manobra, este modelo parece ser mais condizente. No entanto, como sentimento, o conformismo derrotista serve de alento ao processo de acovardamento que, antes mesmo de viver a tentativa de intervir na história, encontra nela uma história já narrada e pré-determinada. O mal que acomete a sociedade contemporânea e seus valores é o mal-estar na pós-modernidade.

Nesse contexto, o processo civil passou, na segunda metade do século passado, pela crescente conscientização da função instrumental, vinculando-se ao reconhecimento da necessidade de flexibilização das normas jurídicas, o que decorre do espectro da fluidez e da mutação constante das formas políticas e sociais, inerente à sociedade pós-moderna, na qual perde sentido a “jurisdição como garantia de acesso a direitos, quando se sabe que, em verdade, a justiça se diferencia para ricos e pobres, pelos modos como se pratica e pelas deficiências reais de acesso que possui”. (BITTAR, 2008, p. 146).

Esse uso ilegítimo da jurisdição como sistema propulsor e mantenedor de desigualdades ocorre em razão do uso de valores como o Estado Democrático de Direito para justificar o sistema, mantendo a estrutura social, de modo que “promessas irrealizáveis, normas abusivamente programáticas, conceitos vagos são texto constitucional sem o respectivo conseqüente na realidade social”. (BITTAR, 2008, p. 145).

De acordo com Ovídio Araújo Baptista da Silva (2004), o atual momento histórico caracteriza-se como uma era de incertezas, na qual se desfazem cotidianamente até mesmo institutos antigamente considerados sagrados, o que se dá pelo choque com a “contradição, entre a ordem formal (irreal) e a ordem social

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

(real). Eis o que desafia o direito, bem como a ciência do direito, de um modo geral, a repensar seus próprios conceitos, práticas, valores e paradigmas” (BITTAR, 2008, p. 147).

Neste aspecto, Zigmunt Baumann (2014, p. 103) denominou o momento por nós vivenciado como modernidade líquida, período em que tudo que outrora fora considerado sólido, se liquefaz em incertezas e provisoriedade, em contraposição ao período imediatamente anterior, que suplantou a Idade Média e é denominado por Ovídio (2004) como “primeira modernidade”.

A modernidade líquida é caracterizada pela fluidez das formas sociais e políticas, pela constante desconstrução de instituições características da vida em sociedade, e pela incerteza e insegurança acerca do futuro destas instituições, uma vez que, a destruição “não determina, por si mesma a natureza de uma sequência construtiva, nem torna sua iminência uma conclusão inevitável”. (BAUMANN, 2014, p. 103).

Neste sentido, Baumann (2014, p. 101) afirma que vivemos

Uma época em que se avolumam a cada dia as evidências de que as antigas e já testadas formas comuns de fazer as coisas não funcionam mais, enquanto seus substitutos mais eficientes não estão à vista – ou são precoces, voláteis e incipientes demais para serem notados ou levados a sério quando (e se) forem notados.

No que diz respeito ao processo civil, percebe-se como um dos principais reflexos do período pós-moderno a teoria da instrumentalidade processual (DINAMARCO, 2008, p. 199-201), eis que fruto da liquidez das formas sociais que, por encontrarem-se em constante mutação, impõem aos sistemas jurídicos e políticos a constante adequação de seus institutos à realidade social, além da flexibilização das normas processuais.

Destarte, torna-se inevitável o choque da estabilidade, almejada pelos ideais de solidez e liberdade durante a “primeira modernidade” (SILVA, 2004) e que implicaram no surgimento do instituto da coisa julgada, com a insegurança gerada pela pós-modernidade, refletindo na seara processual em mecanismos autorizadores da intervenção da subjetividade do juiz no processo, como se deu com a flexibilização

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

do direito material, sugerida pela instrumentalidade processual. (DINAMARCO, 2008, p. 201).

É nesse contexto de flexibilidade e liquidez que surge a teoria da relativização da coisa julgada material, a qual encontra respaldo em doutrinadores como Cândido Rangel Dinamarco (2011), com a finalidade de trazer justiça às situações em que teriam sido prolatadas decisões judiciais supostamente eivadas de vícios não contidos dentre as hipóteses legalmente previstas de revisão das decisões cobertas pela coisa julgada material.

Dentre os fundamentos da referida teoria encontra-se a instrumentalidade processual, pela qual o processo apenas cumpriria sua finalidade quando atingisse a justiça, isto é, o direito material (DINAMARCO, 2008, p. 200), de maneira que ao se relativizar a coisa julgada material existente sobre as decisões judiciais transitadas em julgado, nos casos de sentenças supostamente injustas, se estaria a cumprir a função instrumental do processo, mas partindo-se de um conceito de justiça que, por decorrer de presunção subjetiva do magistrado, implica no nocivo solipsismo judicial, em flagrante violação ao artigo 489, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, pelo qual não é admitido o protagonismo do magistrado, na medida em que “menos subjetivismo é igual a mais democracia”. (STRECK, 2015, p. 59).

2 A RELEVÂNCIA DA COISA JULGADA

A coisa julgada está prevista no artigo 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal de 1988, pelo qual “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”, consagrando garantias constitucionais que implicam em estabilidade e segurança jurídica, sobretudo porque a relevância da coisa julgada torna necessário seu reconhecimento em nível constitucional, por se tratar de componente formador do Estado Democrático de Direito. (NERY JUNIOR; NERY, 2015, p. 1.201).

Neste sentido, Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery (2015, p. 1.204) entendem que, enquanto elemento de existência do Estado Democrático de Direito, a coisa julgada deve ser reconhecida como cláusula pétrea do sistema

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

constitucional brasileiro, por se tratar de base fundamental da República Federativa do Brasil.

O artigo 6º, §3º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro define a coisa julgada como “a decisão judicial de que já não caiba recurso”, enquanto o artigo 502 do Código de Processo Civil prevê que “denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso”, evidenciando que o trânsito em julgado pressupõe a inexistência de recursos cabíveis em face da decisão que, com isso, se tornará imutável.

Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2015, p. 626-627) lecionam que a coisa julgada é fenômeno típico da atividade jurisdicional, a qual é a única capaz de exarar uma declaração que se torne efetivamente imutável, subsistente à sucessão de leis (conforme previsão do artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal) e indiscutível, seja no mesmo processo ou em processos posteriores, gerando lei para o caso concreto.

Para Ovídio Baptista da Silva (2000, p. 484), a coisa julgada é a virtude inerente a determinadas sentenças judiciais, que as faz imunes às futuras controvérsias e impede que se modifique ou discuta em novo processo, aquilo que o juiz tiver declarado como norma aplicável à situação do processo em exame.

No que diz respeito à abrangência da coisa julgada, Nery Junior e Andrade Nery (2015, p. 1.192) indicam como objeto a lide, tanto no processo em que foi proferida a decisão de mérito (coisa julgada formal) quanto em processo futuro (coisa julgada material), enquanto Enrico Tullio Liebman (1945, p. 16) defendia que o que se torna imutável é o efeito produzido pela sentença, do qual a autoridade da *res iudicata* seria uma qualidade, entendimento compartilhado por Ovídio Baptista (2000, p. 496).

Em contraposição à teoria de Liebman, Nery Junior e Andrade Nery (2015, p. 1.192) defendem que a coisa julgada torna imutável a própria sentença, e não sua eficácia, que pode ser modificada porque “as partes podem descumprir a sentença, convencionando diversamente do que nela está contido”. (NERY JUNIOR; NERY, 2015, p. 1.198).

Independente do ponto que resta imutável pela coisa julgada, existem teorias e institutos que visam à relativização desta solidez, os quais serão analisados a seguir.

3 A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA

Superadas as conceituações relativas ao instituto da coisa julgada, cumpre discorrer acerca da sua relativização, a qual pode ser abordada através de dois pontos distintos: a relativização típica, que se dá por medidas legais como a ação rescisória, e a relativização atípica da coisa julgada, realizada por meios sem previsão legal, dispostos na jurisprudência e sustentados por teses doutrinárias.

O estudo da flexibilização da coisa julgada material afigura-se relevante no atual cenário jurídico, em virtude da tomada de consciência da função instrumental do processo para com o direito material, bem como da busca de maior efetividade e justiça nos pronunciamentos judiciais.

A defesa da relativização da coisa julgada tem como motivação a consagração, na decisão judicial, dos princípios da moralidade, da justiça e da legalidade, os quais, uma vez priorizados, permitiriam que sentenças absurdamente desconformes à Constituição Federal, fossem revistas, de forma a oferecer aos jurisdicionados provimentos judiciais livres dos graves vícios que, supostamente, maculariam as decisões impugnadas e seriam geradores de injustiças. (DELGADO, 2002).

Não obstante a construção teórica voltada a sustentar tal teoria, há que se observar a resistência à relativização por processualistas como Ovídio Baptista da Silva (2004), Luiz Guilherme Marinoni (2004) e Lênio Luiz Streck (2014), sob o argumento de que a flexibilização da coisa julgada traria riscos não apenas à segurança jurídica e, em decorrência, ao Estado Democrático de Direito, mas à estabilidade das relações processuais, em virtude da base, em tese, abstrata da mitigação atípica do instituto da *res iudicata*, o que poderia tornar infinitas as discussões jurídicas em torno dos litígios.

Quando se fala em relativização típica da coisa julgada, em verdade está a se falar na desconstituição da coisa julgada material existente sobre decisão transitada em julgado através da ação rescisória, com o que se objetivou dar atenção a algumas situações discrepantes na atividade jurisdicional, sem eliminar a garantia de indiscutibilidade e imutabilidade dadas à solução do conflito posto, imprescindíveis à

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

efetividade do acesso à justiça, à segurança e a estabilidade dos cidadãos. (MARINONI, 2004).

Assim, em atenção à segurança jurídica e visando resguardar a estabilidade das decisões judiciais cobertas pela coisa julgada, foi que se positivaram os casos específicos em que se admitiria a desconstituição da coisa julgada material por meio da ação rescisória, que se trata de modalidade não recursal de impugnação a sentenças, acórdãos e decisões monocráticas já transitados em julgado, sendo ação autônoma que pressupõe o encerramento definitivo da relação processual onde foi prolatada a decisão rescindenda (SILVA, 2000, p. 476), com as hipóteses de cabimento expressamente previstas no artigo 966 do Código de Processo Civil.

Viabilizando a revisão excepcional da decisão transitada em julgado, a qual teria lugar em situações não previstas na legislação, a teoria da relativização atípica da coisa julgada material, sustentada por José Augusto Delgado (2002), ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, possui como finalidade evitar que se cristalizem injustiças produzidas por meio de sentenças que não observem os princípios da moralidade, legalidade e razoabilidade, da proporcionalidade e da justiça, os quais poderiam se sobrepor à coisa julgada pela aludida tese.

Entretanto, tal teoria encontra forte resistência por parte de doutrinadores como Ovídio Baptista da Silva (2004) em virtude do claro atentado à segurança jurídica que representa, uma vez que a utilização de termos abstratos como “justiça” e “absurda lesividade” para fundamentação da mitigação da coisa julgada, bem como a inexistência de parâmetros objetivos norteadores da aplicação da referida teoria, abririam espaço para discussões intermináveis acerca dos litígios e à verdadeira desconsideração do instituto da coisa julgada material, estabelecendo um estado de incerteza e injustiça.

4 A (I)LEGITIMIDADE DA RELATIVIZAÇÃO ATÍPICA DA COISA JULGADA

O critério da (i)legitimidade democrática tem como finalidade questionar os limites da atuação do Poder Judiciário em virtude da forma de sua investidura que, distinta dos demais poderes constituídos que decorrem da vontade popular expressa

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

pelo voto, tem como origem a aprovação em concurso público de provas e títulos ou a nomeação pelo chefe do Poder Executivo respaldada em determinados casos pelo Poder Legislativo.

A indagação sobre a legitimidade democrática, contudo, segue intacta, pois diferente dos demais poderes constituídos, não há participação direta do povo na escolha dos magistrados, de forma que sua adequação aos ideais do Estado Democrático de Direito deve se justificar pela atuação nos processos judiciais.

Neste aspecto, questiona-se a relativização atípica da coisa julgada enquanto medida contrária ao previsto na legislação, tendo como fundamento a presumida existência de sentenças imorais ou inconstitucionais (DELGADO, 2002) que, padecendo de vícios muito mais graves que os previstos no artigo 966 do Código de Processo Civil, não seriam protegidas pelo manto da coisa julgada.

Ocorre que o aspecto moral não encontra previsão legal que o defina e o torne apto a fundamentar a correção de uma decisão judicial “injusta” ou “imoral”, abrindo espaço a subjetivismos no momento da definição dos casos entendidos pelo magistrado como “merecedores” da flexibilização, resultando em afronta ao Estado Democrático de Direito, pelo qual não há que se falar em subjetividade do magistrado de forma alguma, nem mesmo para a definição de conceitos indeterminados como o “justo” ou o “moral” em cada caso. (STRECK, 2015, p. 63).

Lênio Luiz Streck (2014) afirma que, em que pese a cooriginariedade entre Direito e Moral e a impossibilidade de um comando jurídico contrariar a moralidade, cumpre ao magistrado, enquanto agente político, argumentar com base em uma moralidade pública, baseada em sua responsabilidade política, afastando-se de escolhas pessoais no desenvolvimento de sua argumentação jurídica.

Neste sentido, Streck (2014) esclarece que “a moralidade que o jurista articula quando argumenta não é a sua moralidade privada; não é a mesma que governa suas escolhas pessoais”, pois a moralidade pública possui como foco o Estado Democrático de Direito.

Assim, diante da ausência de previsão legal da moralidade como fundamento jurídico, utilizar-se deste conceito, altamente carregado de subjetividade e abstração, como condicionante da força da coisa julgada material significa, nas palavras de

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Streck (2014), permitir ao juiz “dizer-o-direito-a-partir-de-sua-subjetividade”, o que afronta diretamente valores democráticos e o disposto no artigo 489, §1º do Código de Processo Civil.

Marinoni (2004), em que pese contrário à relativização atípica da coisa julgada, reconhece que tal tese encontrar-se-ia pautada na proporcionalidade, na legalidade e na instrumentalidade processual, sendo que pelo viés da instrumentalidade o processo só alcançaria seu objetivo e cumpriria sua finalidade quando justo e adequado à realidade social.

No que tange à legalidade, o autor demonstra que não seria possível conferir a proteção da coisa julgada a decisões que afrontem o direito positivo, visto que de acordo com o princípio ora mencionado, o Estado juiz somente pode exercer seu poder jurisdicional nos limites da lei. (MARINONI, 2004).

Por fim, com relação à proporcionalidade, Marinoni (2004) explica que, admitindo-se que a coisa julgada pode chocar-se com outros valores juridicamente protegidos, não se pode aceitar que ela se sobreponha a outros valores de mesmo grau hierárquico.

Neste sentido, Lênio Streck (2015) explica que a proporcionalidade, na realidade, se trata de uma das etapas desenvolvidas na ponderação, teoria criada pelo jurista alemão Robert Alexy para apresentar soluções aos denominados *hard cases* (casos de colisões entre normas de direitos fundamentais) que, para Alexy, seriam princípios carregados de abstração e, portanto, aplicados como mandados de otimização, que ordenam que algo seja realizado da melhor forma possível, dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes, ao contrário das regras, que seriam aplicadas mediante subsunção, na modalidade “tudo ou nada”.

Streck (2014) afirma que no Brasil comumente se observa a aplicação errônea da teoria criada por Alexy, tornando a proporcionalidade uma “vulgata”, nascida na doutrina pátria da importação parcial da referida teoria e de seu uso sem qualquer apuração, o que acabaria por gerar decisionismos e insegurança jurídica, colocando em risco valores fundamentais do Estado Democrático de Direito. (STRECK, 2015, p. 63).

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Cintra, Grinover e Dinamarco (2011, p. 327-328) sustentam que a tese da flexibilização da coisa julgada parte do pressuposto de que nenhum valor constitucional é absoluto, devendo todos eles serem interpretados de forma harmoniosa e aplicando-se a teoria da proporcionalidade em caso de colisão entre os mesmos, do que resulta que seria possível a desconsideração da coisa julgada, em processo próprio, com o fito de que prevaleça outro bem constitucionalmente tutelado.

Defendendo a teoria da relativização atípica da coisa julgada, José Augusto Delgado (2002) afirma que para subsistir a carga imperativa da coisa julgada, é necessária a existência de verdade, certeza e justiça, sendo esta última compreendida em seu sentido formal.

Assim sendo, não haveria como o Estado proteger a sentença judicial que seja imoral, injusta ou ilegal, que expresse unicamente a vontade pessoal do julgador ou que contrarie a verdade dos fatos, quando então caberia a relativização dos efeitos da coisa julgada. (DELGADO, 2002).

Ovídio (2004) aponta a impossibilidade de se basear a mitigação da coisa julgada material na injustiça, pois a decisão viesse a reformar a sentença considerada injusta poderia também ser assim definida, de maneira que se alegaria a injustiça das decisões judiciais *ad aeternum* em função da relatividade do conceito de justiça e de sua mutabilidade de acordo com o tempo e o espaço em que tal valor é estudado.

Para Humberto Theodoro Júnior (apud SILVA, 2004) não haveria coisa julgada quando a sentença fosse considerada inconstitucional, de maneira que sequer seria necessário o uso de uma ação rescisória, visto que decisão apenas se revestiria de aparência de coisa julgada.

Ovídio (2004) critica a postura de Theodoro Júnior, argumentando que condicionar os efeitos da coisa julgada ao respeito aos princípios constitucionais e ao “direito justo” seria o mesmo que extinguir o referido instituto, uma vez que não é possível aferir a “injustiça” de uma sentença a partir da extensão de sua lesividade em função da indefinição do conceito de justiça.

Marinoni (2004) apresenta-se desfavorável à teoria da relativização atípica da coisa julgada, lecionando que aceitar o erro judicial no primeiro julgamento coberto pela coisa julgada material implica em admitir a possibilidade que o mesmo erre

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

novamente ao prolatar a decisão substitutiva daquela eivada de vícios, o que não forneceria uma resposta efetiva ao erro supostamente contido na decisão anterior, não representando qualquer benefício ou situação de justiça.

A relativização da coisa julgada se afigura complexa quando levada ao mundo prático, pois inúmeras são as situações do cotidiano jurisdicional que dificultariam a construção de um conceito determinante da relativização, tornando imprescindível a rediscussão do sistema de proteção das matérias cobertas pela coisa julgada, em especial pela vedação da relativização baseada em conceitos como injustiça, abusividade da sentença, moralidade, dentre outras proposições de caráter indeterminado. (SILVA, 2004).

Contrários à relativização da coisa julgada, Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery (2015, p. 1.201) afirmam que “a supremacia da Constituição está na própria coisa julgada, enquanto manifestação do Estado Democrático de Direito, fundamento da República”, em especial pelo constante no artigo 5º, XXXVI, da Constituição, que consagra a segurança jurídica ao dispor que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

Sustentam, assim, que “o risco político de haver sentença injusta ou inconstitucional no caso concreto parece ser menos grave do que o risco político de instaurar-se a insegurança geral” (NERY JÚNIOR; NERY, 2015, p. 1.201), de modo que a postura solipsista que opta pela relativização da base de estabilidade e previsibilidade do processo civil afigura-se inconstitucional na medida em que viola o artigo 2º da Constituição Federal, pela inadequação à harmonia e à independência que deve imperar entre os poderes constituídos.

Além disso, cabe ressaltar que se trata de atuação para a qual o Poder Judiciário não possui legitimidade democrática, por duas distintas razões: (a) a contrariedade aos valores já demonstrados do Estado Democrático de Direito, tais como a segurança jurídica; (b) pela investidura dos magistrados por meio de procedimento não democrático ante à ausência de intervenção pelo povo, o que enfatiza a ilegitimidade da violação de disposição legal e constitucional (coisa julgada e sua proteção) decorrente das funções do Poder Legislativo, cuja origem é democrática.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Percebe-se, assim, que a atuação jurisdicional não deve ferir ditames legais e constitucionais, o que abrange institutos como a coisa julgada, cuja relevância não deve ser atacada, e sim protegida, pelo Poder Judiciário, cuja legitimidade se limita à prática de atos judiciais protetivos da Lei e do Estado Democrático de Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coisa julgada concretiza no processo a estabilidade jurídica, alcançada pela imutabilidade que recai sobre a sentença após o trânsito em julgado, vinculando magistrado e litigantes à norma individual contida na sentença, do ponto de vista material e processual, de forma que impõe o cumprimento, pelas partes, das disposições nela expostas, impedindo a reanálise da situação jurídica coberta pelo manto da *res iudicata*.

Cumprir destacar a perspectiva de Piero Calamandrei (2015, p. 7) sobre o trânsito em julgado da sentença considerado como a borboleta que sai do casulo, realçando-se de sua fundamentação e não sendo mais possível, a partir de tal ato processual, qualificar a decisão como justa ou injusta, “uma vez que está destinada a constituir, daí em diante, o único e imutável termo de comparação, a que os homens deverão referir-se para saber qual era, naquele caso, a palavra oficial da justiça”.

Neste aspecto, Dinamarco (2008, p. 236) afirma que a imutabilidade dos efeitos da sentença, alcançada com o fim do processo e a imunização da decisão pela autoridade da *res iudicata*, constitui elemento importante para a eliminação definitiva dos conflitos e da insatisfação que aflige os sujeitos processuais, permitindo que se obtenha a segurança jurídica de forma irreversível.

É com esse raciocínio que Luiz Guilherme Marinoni, citado por Natália Brambilla Francisco (2012), define a segurança jurídica como a estabilidade e continuidade da ordem jurídica, ressaltando a previsibilidade das consequências jurídicas de determinada conduta, indispensáveis aos valores de um Estado Democrático de Direito.

Desta forma, resta perceptível o vínculo entre a previsibilidade e o respeito à coisa julgada, que possuem em comum a prevalência da segurança jurídica e da

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

estabilidade das relações, o que possui como ponto de partida o respeito à sentença protegida pelo trânsito em julgado, ainda que injusta, como relata Calamandrei (2015, p. 7) lembrando que “Sócrates, no cárcere, explica serenamente aos discípulos, com uma eloquência que jamais jurista algum foi capaz de igualar, que suprema razão social impõe, até ao extremo sacrifício, que se respeite a sentença, mesmo que seja injusta”.

Com isso, verifica-se a relevância de se respeitar a força da coisa julgada, deixando de questioná-la de maneira atípica para evitar lesões à previsibilidade do processo, à segurança jurídica e à democracia, o que deve ser implementado a partir da conscientização de que as funções jurisdicionais se restringem ao império da Lei, de modo que não cabe à doutrina ou ao Poder Judiciário teorizar ou decidir além dos limites legais.

Outrossim, cumpre salientar a impossibilidade de violação da coisa julgada pelo Poder Judiciário, uma vez que o sistema de freios e contrapesos impede a usurpação das funções do Legislativo ou mesmo a função criativa do direito em sentido contrário ao disposto em Lei.

Ademais, como já exposto, a investidura dos magistrados não se dá por procedimento democrático, aspecto que considerado em conjunto com as razões acima citadas indica a inconstitucionalidade e a ilegitimidade democrática da relativização atípica da coisa julgada.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BAUMANN, Zigmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira Moral**: A perda da sensibilidade na modernidade líquida. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. O direito na pós-modernidade. **Revista Sequência**, nº 57, p. 131-152, dez. 2008.

CALAMANDREI, Piero. **Eles, os juízes, vistos por um advogado**. 2. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

DELGADO, José Augusto. “Efeitos da coisa julgada e princípios constitucionais”. In: **Coisa Julgada Inconstitucional**, coord. Carlos Valder do Nascimento. Rio de Janeiro: Editora América Jurídica, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. **Relativizar a coisa julgada material** in Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. n. 55/56. jan./dez. 2001. Disponível em <<
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/Revista%20PGE%2055-56.pdf>>>. Acesso em 04 jan. 2017.

FRANCISCO, Natália Brambilla. **O princípio da segurança jurídica e a imprevisibilidade das decisões judiciais**. Disponível em <
http://www.temasatuaisprocessocivil.com.br/edicoes-antiores/60-v-2-n-7-julhosetembro-de-2012/202-o-principio-da-seguranca-juridica-e-a-imprevisibilidade-das-decisoes-judiciais#_ftn6>. Acesso em 03 jan. 2017.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença**. Trad. Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Rio de Janeiro: Forense, 1945.

MARINONI, Luiz Guilherme Marinoni; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. O princípio da segurança dos atos jurisdicionais (a questão da relativização da coisa julgada material). *Gênesis. Revista de Direito Processual Civil*, Curitiba, v. 31, p. 142-162, 2004.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. **Coisa Julgada Relativa?** *Revista Jurídica*, São Paulo, n. 316, p. 7-18, fev. 2004.

_____. **Curso de Processo Civil: Processo de Conhecimento**. v. 1. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

STRECK, Lênio Luiz. **Alexy e os problemas de uma teoria jurídica sem filosofia**. Disponível em <
<http://www.conjur.com.br/2014-abr-05/diario-classe-alexys-problemas-teoria-juridica-filosofia>>. Acesso em 03 fev. 2017.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

_____. **Matar o gordinho ou não? O que as escolhas morais têm a ver com o Direito?**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-28/senso-incomum-matar-gordinho-ou-nao-escolha-moral-ver-direito>>. Acesso em 31 jan. 2017.

_____. **O que é isto** – decido conforme minha consciência? 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

_____. **Ponderação de normas no novo CPC? É o caos. Presidente Dilma, por favor, veta!** Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-jan-08/senso-incomum-ponderacao-normas-cpc-caos-dilma-favor-veta>>. Acesso em 03 fev. 2017.

_____. **“Salvo pela lei, morto pela moral”:** como devem decidir os juízes? Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-out-16/senso-incomum-salvo-lei-morto-moral-decidir-juizes>. Acesso em 08 jan. 2017

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO PARTICIPATIVO FAMÍLIA E ESCOLA

Alexandre Matos³
Kátia Jane Ribeiro⁴

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo geral, discutir a importância da gestão escolar para o processo educativo, que tem como objeto de estudo a realidade vivenciada nas instituições públicas, através da qual se analisou como a gestão democrática tem contribuído para a prática pedagógica da escola. Fez-se um percurso do surgimento da gestão democrática, principais contribuições e a participação família e escola nas decisões que tangem a esfera educacional. Utilizou-se no estudo o método de pesquisa bibliográfico, estes proporcionaram a oportunidade de refletir sobre a importância da participação da coletividade escolar, nesse sentido, acredita-se que uma gestão escolar só poderá contribuir de maneira democrática a partir do momento em que todos os funcionários, alunos e comunidade se envolvam de forma participativa nos projetos pedagógicos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão escolar. Integração família e escola. Processo educativo.

ABSTRACT: The main objective of this study is to discuss the importance of school management for the educational process, whose object is to study the reality experienced in public institutions, through which it was analyzed how democratic management has contributed to the pedagogical practice of school. It was a journey of the emergence of democratic management, main contributions and the participation family and school in the decisions that touch the educational sphere. The method of bibliographic research was used in the study, which provided the opportunity to reflect on the importance of the participation of the school community, in this sense, it is believed that a school management can only contribute in a democratic way once all the Employees, students and community to engage in participatory pedagogical projects.

KEYWORDS: School management. Family and school integration. Educational process.

1 INTRODUÇÃO

O processo de gestão escolar participativa no âmbito escolar constitui-se de uma prática que deve priorizar a integração de todos da comunidade escolar como professores, alunos, pais, e para isso, gestão tem-se buscado subsídios na participação democrática, um dos desafios encontrados é ainda abertura ao diálogo

³ Graduado em Licenciatura em Geografia pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória – PR (UNESPAR), Especialista em Meio Ambiente e Gestão do Território pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória – PR (UNESPAR), Acadêmico de Psicologia pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU).

⁴ Graduada em Licenciatura em Letras Português Espanhol pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória – PR (UNESPAR), Graduada em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória – PR (UNESPAR), Especialista em Educação Infantil e Series Iniciais pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória – PR (UNESPAR), Especialista em Gestão Escolar da Educação Básica pela Faculdade Padre João Bagozzi.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

com aqueles que direta ou indiretamente fazem parte do movimento escolar, um dos principais objetivos deste artigo é apresentar como um processo de participação para fortalecer ainda mais o processo educativo.

O trabalho está organizado em uma fundamentação teórica e metodológica utilizada para desenvolver o estudo, onde são apresentados os resultados e sugestões necessárias para uma maior integração do processo de gestão escolar.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONTEXTO HISTÓRICO

A Constituição Federal de 1988 chegou para definir a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” como um de seus princípios (Art. 206, Inciso VI). Alguns anos mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, vem reforçar esse princípio, acrescentando apenas “e a legislação do sistema de ensino” (Art. 3º, Inc. VIII). A partir de então, o tema se tornou um dos mais discutidos entre os estudiosos da área educacional, por meio de resoluções buscava produzir uma nova organização da educação escolar, a LDB atribuiu a responsabilidade de coordenar a política nacional de educação e busca respeitar, a autonomia das unidades federadas estabelece o princípio e duas diretrizes nos artigos 14 e 15 para a implantação da gestão democrática.

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público..

Sendo assim tem se por objetivo que escolas assegurem a participação de todos na estratégia de gestão tendo como base uma tomada de decisão nos conselhos escolares, tem por objetivo ter a palavra e usa lá com sabedoria e discernimento, ouvindo os diferentes pontos de vista sobre a construção e a gestão

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

de seu projeto político pedagógico, faz se necessária à participação ativa dos pais e familiares.

Para que o ambiente escolar seja rico em interação preciso que haja uma administração que norteie o desenvolvimento do processo educativo como afirma Paro (1990, p. 18) “administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”, ou seja, empregar os recursos disponíveis, para o desenvolvimento do aluno.

2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NO ÂMBITO ESCOLAR

A gestão escolar ganhou nuances no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigmas no campo deste estudo em linhas gerais caracteriza-se pelo reconhecimento da participação dos diferentes membros dos estabelecimentos de ensino, a gestão democrática enfatiza a participação de todos os componentes da escola no processo educativo. Neste sentido Libâneo (2007, p. 326) “a gestão democrática, por um lado, é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns, por outro, depende também de capacidades, responsabilidade individuais e de uma ação coordenada e controlada”.

Entende-se que a partir de uma pratica coletiva com objetivos comuns atinge-se uma boa pratica pedagógica, conforme a elaboração do PPP é uma ação intencional, quando estes são definidos coletivamente, comunga com uma abrangência totalitária de uma democracia participativa.

A gestão democrático-participativa valoriza a participação da Comunidade escolar no processo de tomada de decisão concebe à Docência como trabalho interativo e aposta na construção coletiva dos Objetivos e do funcionamento da escola, por meio da dinâmica. Intersubjetiva, do diálogo, o consenso. (LIBANEO, 2007, p. 344)

Sendo assim entende-se que a escola é um espaço público, como um lugar de debate de ideias e com diálogo aberto e pronto para ouvir todas as vozes da escola, tais formas de manifestações democráticas dialógicas o que nos leva a pensar que até que ponto a comunidade escolar convida os pais a se expressarem e compartilhem pontos de vista de pais e alunos, funcionários.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

O objetivo de estudo do presente trabalho parte da realidade do contexto educacional no qual surge o seguinte questionamento, até que ponto as diversas vozes da escola são escutadas e até que ponto são efetivadas e levadas ao plano concreto da escola, desta maneira entende-se que a democratização escolar implica na superação de processos centralizados nos diversos membros da escola como o diretor, coordenadora pedagógica, equipe disciplinar, professores, funcionários, comunidade escolar, na qual as decisões nasçam das mais variadas formas como através de reuniões pedagógicas e com os pais, sendo assim a liderança como a dos gestores tem a capacidade de influenciar, motivar, integrar e organizar pessoas e grupos, a fim de trabalharem para a consecução de objetivos” (LIBANEO, 2007, p.396), “podemos concluir que na escola não é diferente, formada por diversos elementos, a instituição necessita de um indivíduo que coordene o processo educativo, proponha sugestões, e exponha os problemas encontrados”.

3 PARTICIPAÇÃO ATIVA: ESCOLA E FAMÍLIA

Faz se necessária à participação ativa dos pais e ir além do acompanhamento de boletins e conversas com professores, sendo discutida nas reuniões a transparência das ações tanto administrativa, financeira e pedagógica das escolas, está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias e os pais têm direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais.

A participação dos pais é de suma importância pais, por sua vez, alguns pais alegam que por não conhecem seus direitos, outros até tentaram, mas se isolaram, pois nas poucas experiências de aproximação não foram bem acolhidos e se retraíram, para Ferreira (2008, p.304) “A possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas práticas educativas”.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

É necessário lembrar que o diretor possui um papel relevante dentro deste processo de abertura escola e família, pois a tomada de decisão é coletiva, porém a realização desta ação cabe ao diretor, o qual é o representante da instituição de ensino, sua mente tem que estar aberta aos novos conceitos educacionais, vendo os pais como agregadores de saberes e experiências, não como uma interferência.

Entende-se que na concepção do processo educacional, a troca entre os diferentes membros desenvolva-se da melhor maneira é necessária uma figura que detenha a liderança, que direcione o processo e que coordene a situação, por mais que se opte pela democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se neste trabalho proporcionar um conhecimento maior sobre a gestão escolar com uma trajetória do contexto histórico e as contribuições participativa no âmbito escolar dos pais e funcionários da escola fica evidente que o poder atribuído a alguns cargos de direção e coordenação pedagógica, acabam por influenciar as relações com os demais sujeitos no âmbito escolar, o gestor deve proporcionar no ambiente escolar, ações que viabilizem a participação de todos, de forma compartilhada.

Diante desta realidade, acredita-se que para minimizar as dificuldades quanto a participação do ambiente escolar, é necessário criar um projeto democrático que busque a qualidade no ensino e na aprendizagem, é necessário que a escola contemple em sua proposta pedagógica a participação de todos na construção de uma escola para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010.

FERREIRA, Naura S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2008.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e preposições**. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2002.

LIBANEO, José. C.; OLIVEIRA, João F. de. TOSCHI, Mirza S. **Educação escolar políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCK, Heloisa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. São Paulo: Cortez, 2002

PARO, Vitor. H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 1991.

ANÁLISE DO DISCURSO DE MICHELLE OBAMA – DISPOSIÇÕES E REFLEXÕES ACERCA DA PRIMEIRA DAMA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Atilio Augustinho Matozzo⁵
Bárbara Neppel⁶
Karla Adriane Goslar⁷
Talita Giovanoni⁸

RESUMO: A Análise do Discurso, ou estudo do discurso, é um termo utilizado para uma série de abordagens para analisar o uso escrito, vocal ou de linguagem gestual, ou qualquer evento semântico significativo. Neste artigo será apresentada uma análise do discurso da primeira-dama dos Estados Unidos da América Michelle Obama, um estudo sobre a ideologia como peça elementar do discurso e será feita uma identificação do seu ethos.

PALAVRAS-CHAVE: Análise. Discurso. Ideologia. Ethos.

ABSTRACT: Discourse Analysis, or Discourse Analysis, is a term used for a number of approaches to analyzing written, vocal or sign language usage, or any significant semantic event. In this article we will present an analysis of the speech of the First Lady of the United States of America Michelle Obama, a study on ideology as an elemental part of the discourse and an identification of its ethos will be made.

KEYWORDS: Analysis. Speech. Ideology. Ethos.

1 INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso (AD) tem como finalidade o estudo e o reconhecimento do discurso como componente irreduzível da vida social, visto que as práticas sociais o articulam. Busca o entendimento de recursos textuais que contribuem para a manutenção ou transformação das relações de poder, considerando que o mesmo é um importante Instrumento de poder.

Um discurso bem desenvolvido com efetiva capacidade de remodelar opiniões e crenças e poder de convencimento, em uma sociedade como a atual, que aceita a primeira informação que lhe é dada sem buscar sua veracidade, possui um imensurável poder. O poder de manipulação que pode levar um indivíduo ao topo ou

⁵ Graduado em Português/ Espanhol, pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, Mestre e Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná, Docente do Curso Superior de Direito da Disciplina de Direito e Linguagem.

⁶ Discente do curso de Direito das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU.

⁷ Discente do curso de Direito das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU.

⁸ Discente do curso de Direito das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

a ruína. Michel Foucault, importante autor sobre o tema, nos mostra que mesmo aparentemente o discurso seja pouco importante, possui uma forte ligação com o desejo e o poder:

E o que há de surpreendente nisso, já que o discurso - como a psicanálise nos demonstrou - não é simplesmente o que manifesta (ou oculta) o desejo; é também o que é o objeto do desejo; e já que - a história não cessa de nos indicar - o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, aquilo pelo que se luta, o poder do qual procuramos apoderar-nos. (FOUCAULT, 1996, p. 32).

Ao longo deste artigo será analisado um dos discursos da primeira dama dos Estados Unidos, os elementos ocultos em sua fala e qual o efeito sobre a vida social, tendo como objetivo dar ao leitor uma melhor capacidade de análise a respeito de um discurso para que haja melhor compreensão das reais intenções daquele que fala e da ideologia por trás da mesma. E também para que os interlocutores busquem desenvolver um senso crítico e com base no conhecimento acerca do Ethos, Phatos, Logos, entre outras ferramentas de análise discursivas e possam compreender as construções ideológicas, implícitas ou explícitas, presentes em um discurso.

Primeiramente o trabalho aborda a questão da ideologia enquanto aspecto fundamental, tendo em vista que nenhum discurso é neutro, na análise e interpretação de um discurso. Em segundo momento, busca-se explorar a identidade social da personagem principal deste artigo, Michelle Obama, construída através de um Ethos muito forte e que gera enorme influência no discurso. Por fim, é feita a análise do discurso da primeira dama verificando como a construção deste afeta o público presente e os efeitos que tem sobre a sociedade em geral.

2 A IDEOLOGIA COMO ASPECTO FUNDAMENTAL À ANÁLISE DO DISCURSO

Ao possuir um texto, um discurso como ponto de partida para realizar uma análise deve se entender que este não pode ser analisado individualmente como algo único e engessado. O que está inerte a um texto ou discurso será apenas descoberto se feita uma análise não somente da sua estrutura, e sim do momento em que o interlocutor se encontrava e suas influências.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

A partir dessa perspectiva um discurso pode ser analisado quanto sua historicidade, seu aspecto gramatical, a ideologia que o forma, entre tantos outros aspectos. Dentro desses diversos aspectos presentes em um discurso, a ideologia é essencial à análise do discurso. A ideologia é a condição para constituição dos sujeitos e dos sentidos. A materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua.

Essa ideologia, a qual molda - se de maneira tão fundamental ao discurso é definida de qual forma? Chauí (1980, p. 113) define "ideologia" como algo determinante à formação dos homens e as relações que implicam entre eles, independentemente das classes a que pertencem:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar o que devem valorizar e como devem valorizar o que devem sentir e como devem sentir o que devem fazer e como devem fazer. (CHAÍ, 1980, p. 113).

Ao contrário da perspectiva de Chauí, Karl Marx condiciona a ideologia como uma percepção falsa sobre a realidade, o que torna os indivíduos explorados cada vez mais alienados, pois não conseguem perceber a exploração imposta a eles pelas classes dominantes. Ao tratar de Karl Marx e desta perspectiva, Fiorin (1998, p. 29) cita que se existente uma inversão da própria realidade, a ideologia não está no objeto logo também não está no social, portanto não depende da consciência dos indivíduos.

A ideologia, dentro de um discurso, irá se revelar no que diz respeito na produção de sentido das palavras, portanto na semântica. O sentido das palavras altera-se pela a ideologia de quem produz o discurso, tanto quanto de quem o absorve. A semântica, em questão, a dois indivíduos que se diferem em relação ao pensamento ideológico, muda, a percepção sobre as coisas se dispõem de maneiras diversas. Por conta disso, o interlocutor deve possuir uma preocupação em relação ao *pathos*, ao qual dirige o seu discurso, para que ele tenha de fato, o efeito que quer. Logo, perante toda a mudança de estrutura e de intenção de um discurso por conta da concepção ideológica tanto do emissor quanto do receptor demonstra o quão significativa é a ideologia dentro da análise do mesmo.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Para Fiorin (1998) o uso do discurso é uma ação no mundo. O discurso de Michelle Obama que será analisado tem um grande efeito não só aos Estados Unidos, mas também ao resto do mundo, e a posição ideológica que ela assume também será de suma importância para que chegue ao objetivo final de seu discurso.

2.1 ETHOS – A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DE MICHELLE OBAMA

No uso moderno, *ethos* denota disposição, personagem ou valores fundamentais específicos a uma pessoa, grupo de pessoas, sociedade, cultura e movimento. Neste presente artigo, reuniremos características que constroem a identidade social da primeira-dama americana Michelle Obama durante seus anos na Casa Branca.

Michelle Robinson Obama, 52 anos, nasceu e foi criada em Chicago, Illinois, cidade em que residiu até ingressar na Universidade de Princeton, logo após seguiu para a Universidade de Harvard, onde graduou em Direito. Conheceu Barack Obama no escritório de advocacia em que ambos trabalhavam, ele um advogado associado, e ela, sua mentora. Casaram-se em 1992.

Desde o início da vida política do marido, Michelle ficou conhecida como seu alicerce, uma mulher de personalidade forte que Barack tinha como fonte de apoio. Tendo priorizado a educação das duas filhas, restringiu sua participação durante a candidatura do marido ao Senado a poucos eventos protocolares, só ficando famosa nacional e mundialmente com a corrida presidencial americana de 2008.

Michelle surgiu, neste mesmo ano, como figura inovadora: era a primeira mulher afrodescendente a ser a primeira-dama dos Estados Unidos da América. Rapidamente, tornou-se a protagonista do Governo Obama, e em muitas ocasiões, foi mais popular que o próprio presidente.

Esta popularidade se dá através de uma identidade social bastante encantadora, pois, identificamos que Michelle é uma especialista em motivação e charme: transformou em máxima da campanha de Hillary Clinton o lema particular da Família Obama “quando alguém vai ‘baixo’, nós vamos ‘alto’”. Além de incentivar milhões de crianças, em especial meninas e jovens mulheres, à educação com o

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

programa social que coordena chamado “*Let Girls Learn*”, um programa do Governo Obama que vem sendo expandido a outros países.

Dona de uma voz poderosa, Michelle teve um de seus momentos mais marcantes nesses oito anos em que seu marido ocupou o Salão Oval com o discurso de apoio a Hillary Clinton na Convenção Nacional Democrata, este discurso não deixou claro apenas uma das características mais fortes de seu *ethos* – defensora dos direitos de igualdade – como trabalhou para reparar danos ao *ethos* de Hillary, alguns vindos desde a época em que esta foi a primeira-dama, na década de 1990.

Seu *ethos* é extremamente feminino e adorado, a personalidade de Michelle influi sobre seu estilo, e tudo o que veste torna-se tendência em moda, possui um estilo esporte chique que mulheres ao redor do mundo se inspiram e copiam, e suas roupas, seja um vestido de grife para o luxuoso jantar de gala anual do presidente ou um conjunto básico para o dia-a-dia, tornam-se discussões em rodas de mulheres, revistas e programa de televisão. Michelle destaca-se pelo seu requinta natural, o que mostra que não foi um comportamento que a primeira-dama teve de aprender, ela possui a elegância e classe de uma verdadeira rainha.

Michelle não ocupou o mesmo papel de suas antecessoras, ela revolucionou o “cargo” de primeira-dama: não era apenas uma jovem mulher com diplomas de universidades da Ivy League, é também a primeira-dama mais carismática que a Casa Branca já havia tido, uma mulher animada que dança em programas matinais e faz piadas em *talk shows* ao mesmo tempo em que discute, defende e atua em pró do governo de seu marido.

Nos últimos meses restantes ao segundo mandato de Barack Obama, Michelle demonstrou mais de sua identidade de defensora, ativista e feminista ao se tornar grande aliada à campanha de Hillary Clinton, percorreu universidades e eventos por toda a costa do país se pronunciando acerca de comentários sexistas feitos por outro candidato em defesa das mulheres. Outra característica fundamental do seu *ethos* é o orgulho por ensinar às suas filhas a valorizar quem verdadeiramente são e sua ascendência afrodescendente.

Michelle Obama saíra da Casa Branca como uma das mais amadas primeiras-damas que o país já teve, passando a ser um ícone da cultura política e

2.2 A ANALISE DO DISCURSO DE MICHELLE OBAMA

Michelle Obama, em um cenário político e ideológico, constrói o início de seu discurso através de uma composição de polidez e de *ethos*. Ao iniciar agradecendo ao público, causa ideia de aproximação e de equidade entre as pessoas. Proporciona a ideia de que, os eleitores e pessoas que a acompanham e acompanharam o mandato de Barack Obama foram imprescindíveis a eles, ou seja, são pessoas que até mesmo sentem-se íntimas deles a partir desse instrumento que ela utiliza ao discursar. Portanto, utiliza-se da polidez, e do *ethos*. Polidez quando utiliza o tratamento "vocês" de forma constante, quando aproxima os seus eleitores da figura de Primeira Dama e Presidente, e também de suas filhas, os equalizando a população. O *ethos* se faz presente, quando a oradora constrói uma identidade social de Barack, o caracterizando como convicto, decente, enfatiza seu caráter. "As qualidades que vimos todos os dias em que serviu nosso país na Casa Branca" é significativo essa oração na manifestação de Michelle, pois ela une esses dois aspectos referidos anteriormente para análise do discurso, ou seja, o *ethos* é presente novamente ao citar que todos viram o que foi realizado, inconscientemente causando às pessoas uma ideia de que Barack realizou vários atos importantes em seu mandato. Ela reforça, dessa maneira, a imagem do marido. Ao conjugar o verbo "ver" na primeira pessoa do plural ela ampara toda essa sensação de aproximação com os eleitores em um argumento fático: eles viram, e vivenciaram o que foi realizado. Enfatiza ainda, que a "estadia" dela e de sua família seria imprescindível na criação de suas filhas, que passariam a idade de moldar sua personalidade e educação nesse momento em que o pai era o Presidente dos Estados Unidos. Dessa forma, correlaciona o crescimento e evolução das filhas e o cuidado com elas com o mesmo cuidado que tiveram com o país e com as crianças de todos dos Estados Unidos. Neste prelúdio já se faz claro a estrutura simples do discurso de Michelle, utilizando sempre as emoções para alcançar seus objetivos com o público, porém sempre esclarecendo seus argumentos a partir de fatos.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Nesse discurso ela utiliza um vocabulário e atenção a certos atos (como o desenvolvimento das filhas) propiciando emoções positivas ao público, as quais contrapõem várias negativas que Donald Trump havia causado com alguns de seus discursos, por exemplo, ao fazer uma piada sobre uma doença congênita de um jornalista.

Utilizando do aspecto da coerência em seu discurso, Michelle, na Convenção Nacional do Partido Democrata, torna explícita a ideia de Michel Pechêux de que a ideologia era uma espécie de matriz do sentido:

As palavras, expressões, proposições... mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1995, p. 160)

A Primeira Dama demonstra isso, dentre outros momentos, no seguinte momento de seu discurso: "Como nós as instigamos a ignorar aqueles que questionam a cidadania ou fé de seu pai. Como insistimos que a linguagem de ódio que escutam de figuras públicas na TV não representa o verdadeiro espírito desse país. Como explicamos que quando alguém é cruel, ou age como um abusador, você não se rebaixa a esse nível - não, nosso lema é, quando alguém vai "baixo", nós vamos "alto" ". Neste fragmento, se faz presente a utilização de metáfora com relação a ideologia, aonde ela indica a "proteção" as filhas ao citar a expressão de pensamento de uma ideologia opositora a dela, Barack e Hillary, uma ideologia que nas próprias palavras de Michelle não representa os Estados Unidos, conseqüentemente a ideologia que simbolizaria o país e a da candidata à presidência do país, Hillary Clinton, a sua e de seu marido.

Michelle Obama manuseia em seu discurso, uma forma de gramática, como já mencionada, simples, a qual auxilia o processo de identificação do público com ela e com a situação que viveu. Dessa forma, ela transcende seu "papel" de Primeira Dama, e vira apenas uma mulher, que como todas as outras, que obteve dificuldades e medos em relação às filhas, as quais ela enfatiza que também são mulheres, as valorizando, para conceber na ideia de que Hillary como presidente irá proteger as mulheres, proteger as crianças, e por ser uma presidente mulher, será forte. Ainda no

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

prelúdio de seu discurso, como tece em seu todo, ao realizar suas orações utiliza verbos transitivos que desenvolvem uma ideia já mencionada, por conseguinte, é uma explicação "automática"

Seguindo com o Processo Figurativo realizado por Michelle, em certo momento de seu discurso, a oradora, prioriza o papel que ela e seu marido desempenham. "Nós como pais somos os mais importantes modelos. E deixem-me contar a vocês, Barack e eu usamos essa mesma abordagem em nossas funções como Presidente e Primeira Dama, porque nós sabemos que nossas palavras e ações não importam apenas para nossas garotas, mas para crianças que nos contam [...] ", após isso ela prossegue com exemplos de crianças que os consideram realmente como exemplos. Enfatizando novamente a ideia deste ciclo figurativo e também linguístico de causar emoção ao público e logo após utilizar um argumento real, não sendo utópica. Um dos momentos mais importantes de seu discurso é quando, ela cita a pergunta que um menino negro havia feito a Barack Obama, aonde a criança questiona se seu o cabelo é como o do presidente. Neste momento, existe um ápice, aonde Michelle, que antes e durante todo o discurso valoriza as crianças e mulheres, também cita e enfatiza o valor dos negros, ou seja, os menos favorecidos. Ainda nessa oração do questionamento, ela conecta a ideia de que as mulheres desfavorecidas, que serão representadas por Hillary Clinton, conseguirão chegar ao poder, assim como um Barack Obama, que mesmo pertencente a um grupo considerado desfavorecido chegou ao poder e serve de inspiração á crianças, como a do garoto do questionamento. Novamente, a ideologia se faz presente no discurso. A partir da seguinte ideia de Fiorin (1998) é possível perceber os instrumentos utilizados no discurso como exteriorização dos pensamentos e como eles linguisticamente podem ser transformados e interagir com o mundo, como ocorre no discurso utilizado em questão.

Explica o que significa discurso em Linguagem e Ideologia como "combinações de elementos linguísticos" (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar ao mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo (FIORIN, 1998, p.11).

Já em outro momento, Michelle Obama se utiliza mais uma vez do elemento discursivo Polidez, para se aproximar do público, se igualando a todos quando usa a

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

terceira pessoa do singular e diz “quando formos às urnas, é isso que estamos decidindo”. Seu vocabulário e a maneira como coloca a responsabilidade acerca da formação das crianças do país nas mãos do futuro presidente geram no público uma preocupação e se torna uma deixa para afirmar que a pessoa capaz de cumprir com eficiência o cargo seria a candidata Hillary Clinton, elevando a sua imagem perante os eleitores, relatando como esta é uma boa mãe e um exemplo de mulher não apenas em seu particular, com a sua família de sangue, mas com todos os que buscam um futuro melhor, aqueles que tomam seus representantes como exemplo para lutar e crescer. Este favorecimento caracteriza a transitividade, pois o processo realizado por Michelle esta destacando, de maneira superpositiva ao longo dos parágrafos seguintes, a candidata ao cargo.

Nos parágrafos onze e doze, utilizando-se do elemento *Ethos*, Michelle traça características da personalidade forte e determinada de Hillary e fatos que foram marcantes ao longo de sua vida, como “décadas fazendo o trabalho incansável, mal reconhecido, para fazer a diferença” [...], “lutando por cuidados de saúde” [...], “Então, ela orgulhosamente se reforçou para servir nosso país mais uma vez” [...], “o que mais admiro em Hillary é que ela nunca cede sob pressão. Ela nunca toma a fácil escapatória. E Hillary Clinton nunca desistiu de nada em sua vida”. Reunindo estes elementos, a primeira dama constrói a identidade social da candidata.

Ao longo dos próximos parágrafos, o discurso segue enfatizando ao público a certeza de Michelle Obama de que Hillary é a pessoa ideal para assumir a presidência dos Estados Unidos. Ela segue com a técnica (*Ethos*) de construir a identidade da candidata encaixando-a perfeitamente no cargo e expondo aos eleitores suas notórias qualidades e a confiança que ela e seu marido depositam na pessoa que seguirá protegendo o país e zelando principalmente pelo futuro e pela segurança das crianças. Discurso vai além de apenas estar falando.

[...] certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p. 56).

Michelle Obama alcança esse “mais”. Consegue fazer aparecer toda a essência

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

daquilo que acredita e defende. Seu discurso expõe perfeitamente ao público o que é necessário para que não seja apenas mais uma pessoa falando de outra, traz toda a emoção de uma mãe e amiga que deseja principalmente o bem de seu povo e que, para tanto, apoia e acredita na candidatura da mulher que assumirá o lugar de mãe dos EUA.

A narrativa há muito já se tornou emocional para os interlocutores. Quando Michelle fala “eu estou aqui porque sei que esta é a Presidente que Hillary será” é um dos temas desse discurso, senão o mais importante, pois esta frase constitui a matriz social do discurso, todo ele foi construído para chegar nessas palavras e surgirem seu efeito em todos, onde Michelle mostra sua posição ideológica perante todo o discurso, que é mostrar, que mesmo que no passado tivesse havido divergências entre ambas, essas questões estavam resolvidas, e que seu apoio e voto é para Hillary.

“Hillary entende que a presidência é sobre uma coisa (...) é sobre deixar algo melhor para nossas crianças...” é a ordem de discurso presente no texto, pois é uma ordem indireta a Hillary tanto quanto a toda população americana, além de trazer uma proximidade com o interlocutor porque considera que todos veem seus filhos e filhas como o futuro da nação, e queiram que seja a melhor comunidade para suas crianças serem criadas.

O tópico todo mostra significado de palavras, o uso de “comunidade” traz o coletivo à ação, por lembrar todos àqueles que voluntariam em conjunto em sociedade, e ao mencioná-los favorece a todos que estão nessa categoria de servidores voluntários através da transitividade presente nesses argumentos.

O argumento seguinte, ao mencionar Tim Kaine, candidato a vice-presidente de Hillary, que quando jovem foi missionário em um país pobre, e então Hillary, que enquanto Primeira-Dama lutou por políticas públicas e sofreu com escândalos durante o mandato de seu marido agora tenta seu retorno à Casa Branca, escolhida pelo Partido Democrata para dar continuidade ao governo no país, mostra que as emoções sofridas por Hillary enquanto esposa do Presidente não deixou que a sua vontade de continuar pelo progresso desaparecesse, ela retorna de cabeça erguida e pronta para liderar um país com mais de 318 milhões de pessoas.

O tópico seguinte talvez seja o de maior apelo emocional de todo o discurso. O

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

início, com referências às questões raciais da História dos Estados Unidos da América, faz a maior criação de identidade social até este ponto, pois este histórico de escravidão e segregação racial para a maioria da população afro-americana seja como uma herança desagradável que nunca foi desejada atravessando gerações e gerações. Michelle toca num ponto muito sensível neste trecho, atualmente os EUA passam por várias tensões raciais, como o assassinato de um jovem negro em Baltimore, Maryland, e este sentimento passado por suas palavras promove a união em torno, não somente entre homens e mulheres, mas de igualdade, algo que foi tão almejado durante os anos do mandato de seu marido Obama, e que agora Hillary, seu candidato à vice-presidente e todo o partido comprometem-se a defender.

Michelle demonstra o antagonismo com a proposta de governo do outro candidato à presidência, de que a primeira meta de governo é voltar a fazer o país crescer. Michelle defende o mandato de seu marido e enfatiza que os Estados Unidos da América é o melhor país do mundo e essa forte sensação de patriotismo comove a todos, porque os americanos são conhecidos pelo sentimento patriota e pelo amor a sua nação.

Ao longo deste tópico, Michelle volta a usar significados de palavras, pois sabe o potencial que elas atingem ao citar suas duas filhas, que tiveram o crescimento acompanhando por todo o mundo, e as crianças de todo a América porque sabe que essa argumentação comove todos os pais presentes, e os fazem pensar em uma de suas maiores preocupações que é deixar o futuro melhor para seus filhos, e ainda representa que a escolha de uma mulher, mãe e avó, para líder de todo o país será como uma protegendo e guiando seus filhos, tornando seus objetivos e sonhos reais.

Ao dizer “nós não podemos sentar e esperar que tudo se encaminhará para o melhor” Michelle usa uma metáfora sobre como as pessoas pensam que não é necessário a ação de todos para mudanças e transformações sociais, porque o simples voto em algum candidato não anula a sua responsabilidade perante o futuro, as pessoas precisam ir atrás do que acham ser o melhor para a convivência em sociedade, precisam se decidi em eleger a melhor possibilidade de líder.

Ao finalizar, Michelle junta à ordem de discurso com o plural majestático quando diz “nós precisamos bater de porta em porta” significa o trabalho duro, a dedicação de

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

todos, não somente para seu público-alvo, para que o progresso continue. “Vamos ao trabalho. Obrigada a todos e Deus os abençoe” mostrando em seu discurso cortesia e empatia com o seu público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos expostos conclui-se que um discurso não é simplesmente a junção de um grupo de frases ou palavras, mas sim, a representação daquilo que se quer conseguir ou do contexto a sua volta. O discurso não diz somente o que diz e ponto, é preciso enxergar as entrelinhas e entender o real propósito daquele que discursa a ideologia por trás da fala, à maneira como se utiliza da linguagem e até que ponto essas ferramentas visam adquirir poder.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. Editora Ática, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. In: *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

DISCURSIVIDADE E ANÁLISE. A RELEVÂNCIA DA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA NO ÂMBITO JURÍDICO

Felipe Medeiros da Rosa⁹
Mateus Lourenço¹⁰

RESUMO: O estudo aqui desenvolvido busca esboçar a relevância que a Análise Discursiva Crítica possui no ambiente jurídico, apresentar suas características e conceitos de Argumentatividade, Discurso e Direito, para que a análise possa ser efetuada com qualidade e eficiência pelo futuro jurista de modo a identificar os pontos-chave no discurso e desta maneira possa destacar suas falhas e consequentemente possa valer-se destas para o benefício de sua causa.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Discurso. Análise Discursiva Crítica.

ABSTRACT: The present study seeks to outline the relevance of Critical Discursive Analysis in the legal environment, to present its characteristics and concepts of Argumentativity, Discourse and Law, so that the analysis can be carried out with quality and efficiency by the future jurist in order to identify the points in the discourse and in this way can highlight their failures and consequently can use these for the benefit of their cause.

KEYWORDS: Law. Speech. Critical Discourse Analysis.

1 INTRODUÇÃO

No momento que se compreende o discurso como uma maneira do indivíduo se afirmar no meio social e que para tal o mesmo vale-se de uma construção interdiscursiva realizada de acordo com suas experiências, deve-se ter em mente que o discurso estabelece uma relação de influência mútua entre o discurso social e o discurso do indivíduo.

O processo de criação do discurso se dá através da soma de variados discursos, denominamos este processo de interdiscursividade. A interdiscursividade é desencadeada pela interferência de diversas ideologias construídas, mantidas e disseminadas pela sociedade, seja esta capitalista ou socialista, moderna ou contemporânea, religiosa ou agnóstica.

O discurso é onde embasa-se a ideologia individual, tanto de quem dissemina, quanto de quem recebe o discurso, por isso este se manifesta materialmente

⁹ Acadêmico do curso de Direito das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (Uniguaçu).

¹⁰ Acadêmico do curso de Direito das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (Uniguaçu).

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

embasado na língua, por isso um dos conceitos mais importantes do discurso é a ideologia Brandão (2010).

Cada sociedade busca manter seu padrão ideológico e para tal, utiliza-se dos mais variados meios de comunicação, como exemplo, podemos citar as propagandas difundidas através de diversos meios de comunicação, desde notícias de rádio até mensagens de texto nos smartphones e notícias televisivas.

Em todas as maneiras utilizadas para disseminar as ideologias, é o discurso que se evidencia como “carro-chefe” de sua difusão. No meio deste processo de interação discursiva encontra-se a ideologia sendo transmitida de um sujeito emissor ao sujeito receptor, cabendo a este último assimilar aquilo que lhe foi transmitido.

Desta maneira o discurso torna-se indispensável no processo de disputa de poder entre as mais diversas ideologias, independentemente de serem corretas ou não para determinada sociedade, numa constante e interminável busca pelo domínio cognitivo da grande massa populacional.

Levando em consideração as informações supramencionadas, o presente estudo toma seu norte de desenvolvimento em torno da relevância que o domínio das bases da análise crítica do discurso possui no âmbito geral das ciências sociais, mas em específico da área referente ao curso de Direito. Busca-se demonstrar a aplicabilidade da teoria da análise crítica do discurso proposta por Fairclough (2001), e através desta, esclarecer aos membros da academia e da sociedade que, sendo o discurso um processo intrínseco e fundamental do ser humano, deve ser analisado, compreendido e criticado para enfim poder identificar sua real significação.

2 ANÁLISE DO DISCURSO

Nas palavras de Orlandi (2009, p. 15):

[...] a palavra discurso, etimologicamente, tem em si, a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Desta maneira, o discurso pode ser transpassado tanto na fala quanto na escrita, podendo identificar também a ideologia que será disseminada ao pathos.

Para que possamos entender o Discurso, entendamos a Linguagem, sendo assim, o discurso é a interação falada ou não entre dois ou mais, sendo a linguagem um trabalho desenvolvido pelo homem, por isso durante o dia-a-dia vemos toda essa linguagem de muitas formas, como de maneira formal ou informal por exemplo. Por isso a Análise do discurso não se deve ser feita apenas com o seu conteúdo gramatical de acordo com Brandão (2010).

De acordo com Orlandi (2009) a análise do discurso pode ser de grande valia no âmbito da língua enquanto trabalho simbólico, partindo do trabalho social geral e da história que constrói o homem, ou seja, com a análise do discurso podemos desvendar o âmago do ser e sua capacidade de significar e significar-se.

Através da insatisfação devido às formas limitadas da frase, tida como expressão máxima do sistema, os linguistas passaram a desenvolver uma análise interfrástica objetivando transcender tais limites, posteriormente e conseqüentemente criaram várias teorias onde passaram a utilizar o texto e/ou o discurso como seu centro de interesse (PETRI, 1994).

A conceituação de discurso, no âmbito da Análise do Discurso, dá-se inicialmente em trabalhos de dois autores, Zellig Harris que compreendia o discurso como sendo a soma de enunciados simples ou como “enunciado seguido”, apresentando um modelo de análise onde o discurso é concebido em uma estrutura linear, expondo uma organização específica de classes de equivalência a qual lhe possibilita individualidade; e M. Pêcheux, afirma que elocução se opõe a enunciado, na medida em que se trata das condições de produção e das constantes responsáveis, enquanto o enunciado é o resultado de tais condições (PETRI, 1994).

De acordo com Brandão (2010) os gêneros de discurso podem misturar-se ou embasar-se de uma forma que o sentido torne-se estranho, mas não inútil, de maneira que se crie vínculos ideológicos a serem decifrados.

Fairclough (2001) toma o termo discurso como uma forma de prática social, cujo qual, implica em uma forma de ação pela qual as pessoas têm a possibilidade de agir sobre o mundo e sobre os outros e também como forma de representação.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Contudo, compreende que existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, sendo esta última tanto condição quanto efeito da prática social. Mas o discurso, em sentido mais amplo, também é moldado e restringido, direta ou indiretamente, pela estrutura social em todos os níveis, sejam eles entre classes, instituições subjacentes, etc. Não é apenas mera representação, mas também, de significação do mundo, participando de sua constituição e de sua construção em significado.

2.1 DIREITO E DISCURSO

Sabe-se que a classificação dos gêneros do discurso advém da Retórica de Aristóteles, foi elaborada com base nos três possíveis tipos de auditório, sendo eles: O Deliberativo remete-se ao útil e ou prejudicial, objetivando o aconselhamento ou desaconselhamento; O Judiciário tange o âmbito dos magistrados, aborda o justo e o injusto buscando acusar ou defender; e o Epidítico, contextualização do belo e do feio, propondo louvar ou censurar, Petri (1994).

De acordo com Macedo (1989) a "filosofia da linguagem" é usada como base para todas as outras ciências como a matemática, por exemplo, uma vez que esta representa o alicerce dos pensamentos dentro do ramo jurídico.

A linguística jurídica foi sugerida por François Géný, onde o jurista teria que ser capacitado também em gramática, filosofia e linguística pois estas poderiam lhe dar um norte em questões como bons costumes e ordem pública, por isso que recebe o nome de disciplina científica nova, justamente por unir o jurista com a linguística e os moldando em um meio de fácil compreensão da norma.

Cada linguagem seja ela filosófica ou jurídica, por exemplo, seguem uma só base que é a língua comum e dentro do sentido lógico podemos encontrar os termos em grego "colóquio" que se vincula com o idioma e é produto da linguagem material, ou seja, este termo é atribuído ao dia-a-dia, pois faz parte da fala e da cultura, trazendo de cada região sua individualidade; e "paralóquio" se dedica a realidade coloquial, ou seja, enquanto a coloquialidade vem se especificar na linguagem o paralóquio vem especificar-se na expressão. O paralóquio tem suas divisões correlacionadas a

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

diferentes áreas como química, filosofia, etc. Podemos entender o paralóquio como uma árvore onde os seus galhos ou ramos são as divisões desse paralóquio, ou seja, áreas diferentes partindo de uma mesma premissa. O paralóquio matemático, por exemplo, diz respeito a norma em si, ou seja, a norma seguida à risca e sendo imposta ao mesmo tempo, além de termos também o Paralóquio literário que diz respeito a intuição e ao conceito, ou seja, a interpretação axiológica.

Para que seja entendido o discurso político e a estética de recepção, devemos lembrar que originalidade de um discurso se desintegra uma vez que este é moldado pela sociedade, fazendo com e este siga a "mesma" linha de raciocínio das demais, devemos lembrar também que o discurso perde seu teor de neutralidade quando a ideologia de certa maneira molda seu discurso, e essa neutralidade acaba interferindo o discurso, uma vez que este pode ser utilizado por outras ideologias, fazendo com que sua interpretação seja uma incógnita, traçando aí um dos problemas relacionado ao discurso. A estética de recepção neste ponto se assemelha com a estética marxista onde a fala individual, foi de certa maneira moldada por um meio seja ele social, religioso, entre outros, fazendo com que a cultura, por exemplo, se adeque ao nosso meio enquanto nos adequamos a cultura, traçando deste ponto ideias nem um pouco originais, mas uteis.

3 ANÁLISE DO TEXTO SELECIONADO

O procedimento de análise desenvolveu-se com base na estrutura de análise crítica do discurso de Fairclough (2001), utilizando-se amplamente de seu método, buscando analisar criticamente o discurso da Ex-Primeira Dama Michele Obama. Para tal, ressaltamos que a análise crítica proposta por Fairclough é composta por três tipos de análise que se correlacionam durante todo o processo.

A Análise Textual compreende a análise linguística do discurso, onde se desenvolve uma “descrição” da estrutura textual. Neste âmbito, deu-se um destaque maior à identificação de como o Ethos é construído durante o transcorrer do discurso e qual o impacto que este pretende ao público, seja os que estão presentes na

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

conferência quanto à massa populacional que lhe tem acesso por intermédio dos variados meios de comunicação.

Na Análise da Prática Discursiva, pretende-se uma análise “interpretativa”, partindo das estruturas textuais identificadas na análise textual, e desenvolvendo uma análise interpretativa das estruturas identificadas anteriormente.

Quanto a Análise da Prática Social, é parte fundamental deste ciclo de análises, pois a prática social molda a construção e disseminação do discurso bem como o discurso interfere na mesma. Portanto, não há como realizar a análise da prática social em paralelo às outras duas análises, pois ambas partem do princípio de interdependência analítica.

O texto analisado trata-se do discurso realizado pela Primeira Dama dos Estados Unidos da América Michele Obama na Conferência Nacional do Partido Democrata.

Michele Obama, Primeira Dama dos Estados Unidos da América, realiza um discurso na Convenção Nacional do Partido Democrata em tom inicial de massificação da aproximação entre ela não como Primeira Dama, mas como mãe de família e esposa de um homem de conduta e carácter ilibado, com as pessoas que ali estavam presentes e que confiaram em sua palavra e na de seu marido ao elegerem e reelegerem-no nas duas últimas eleições para presidente como podemos observar no trecho: “[...] Muito obrigada a todos. Vocês sabem, é difícil acreditar que faz oito anos desde que eu vim à primeira vez para esta convenção, para falar com vocês sobre por que eu acreditava que meu marido deveria ser presidente. Lembrem-se como contei a vocês sobre seu carácter e convicção, sua decência e sua graça – as qualidades que vimos todos os dias em que serviu nosso país na Casa Branca”.

Em um segundo momento, Michelle passa a postar-se no discurso como a então Primeira Dama, passando a declarar apoio à candidata à Presidência Hillary Clinton, e também acaba com qualquer interrogação em termos de relacionamento/respeito que houvesse entre ela e seu marido com Hillary, como podemos observar: “[...] E eu estou aqui esta noite porque, nesta eleição, há apenas uma pessoa a quem acredito ser realmente qualificada para ser Presidente dos Estados Unidos, e é nossa amiga, Hillary Clinton”.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Após construir um ponto de referência de como o futuro presidente deve ser, e de enfatizar que Hillary contém todos os requisitos necessários para o cargo, Michelle termina o seu discurso destacando o seu apoio e de seu marido a Hilary e também o papel do povo em buscar votos para sua candidata: “[...] entre agora e Novembro, nós precisamos fazer o que fizemos há oito anos e há quatro anos: nós precisamos bater de porta em porta; nós precisamos de todos os votos; nós precisamos derramar até a última gota de nossa paixão e nossa força e nosso amor por este país, para eleger Hillary Clinton como Presidente dos Estados Unidos da América”.

Ao dar ênfase a “nossas crianças”, Michelle adota os filhos do povo para si mesma, passando a imagem de mãe, interagindo assim, mais fortemente com o povo, e atingindo sentimentalmente as famílias, como observa-se no trecho “pessoas que fizeram filas para doar sangue no massacre de Orlando porque poderiam ter sido seus filhos”.

A construção ethos de Hillary começa em “[...] é sobre quem terá o poder de formar nossas crianças pelos próximos 4 anos, ou 8 anos de suas vidas”. Empregam Hillary ao cargo de maior influenciadora das crianças, mas sempre a igualando com a família Obama, como se observa no trecho “é nossa amiga”. Com as crianças empoderadas como futuro da nação “[...] Crianças que nos olham para determinar quem e o que elas podem ser.”, caberá a Hillary “crescer” com elas mostrando o caminho certo, melhorando ainda mais a confiança dos pais na mulher que servirá como mãe da nova geração e como sequente líder da nação do melhor país do mundo como Michelle expõe “[...] Então não deixem alguém jamais dizer a vocês que este país não é grande, que de alguma forma precisamos torna-lo grande novamente. Porque este, exatamente agora, é o melhor país da terra. E enquanto minhas filhas se preparam para explorar o mundo, eu quero uma líder que é merecedora dessa verdade, uma líder que é merecedora das promessas de minhas meninas, e da promessa de todas as nossas crianças, uma líder que será guiada todos os dias pelo amor e esperança e pelos grandes sonhos impossíveis que todos nós temos por nossas crianças”.

De uma forma simples e agregando mais público, Michelle não usa termos cansativos transmitindo-lhes mais conforto e credibilidade

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

“falar com vocês sobre o porquê eu acreditava que meu marido deveria ser presidente”. Confirmando isso como uma conversa entre amigos Hillary como o bem da nação.

No âmbito da organização das sentenças, há várias orações que se apresentam em ordem indireta para que se dê ênfase em partes específicas do texto e transitiva caracterizando de acordo com Fairclough (2001), uma ação física do indivíduo sobre um agente ou entidade, conforme o trecho: “ Vocês sabem, é difícil acreditar que faz 8 anos desde que eu vim a primeira vez para esta convenção, para falar com vocês sobre por que eu acreditava que meu marido deveria ser presidente”. Os verbos transitivos fazem, ainda, com que os objetos direto e indireto sirvam como firmamentos do que foi dito e do que se espera para a futura Presidente.

A transição da seriedade das pessoas que irão entrar no poder e não se colocando como primeira dama, entregando este cargo para Hillary no trecho “Lutando por cuidados de saúde para crianças enquanto primeira dama”. Mas ao mesmo tempo, como em todo o texto, não a hierarquizando.

O discurso de Michelle apresenta constantemente proposições acerca do que se espera da futura Presidente antes de cada determinação sobre o que Hillary Clinton é de fato no que se refere à sua personalidade: “E quando eu penso sobre o tipo de Presidente que quero para minhas garotas e todas as nossas crianças, é isso que eu quero. Quero alguém com força comprovada para perseverar. Alguém que conhece este trabalho e o leva a sério. Alguém que entende que os desafios que um Presidente enfrenta não são “preto e branco” e não podem ser resumidos a 140 caracteres. Porque quando você tem os códigos nucleares na ponta de seus dedos e os militares sob seu comando, você não pode tomar decisões em um estalo. Você não pode ter sangue quente ou tendência a ira. Você precisa ser equilibrado, experiente e bem informado”.

Constrói o perfil de uma pessoa que seja perseverante, tenha experiência, que seja sensata, e continua: “Eu quero uma Presidente com um histórico de serviços públicos, alguém cuja vida de trabalho mostra às nossas crianças que não perseguimos fama e fortuna para nós mesmos, que lutamos para dar a todos uma chance de sucesso – e nos doamos, mesmo quando estamos nos debatendo, porque

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

sabemos que sempre há alguém em pior estado; e lá, pela graça de Deus, é onde eu irei”, uma pessoa que tenha verdadeira paixão por trabalhar em prol do povo, alguém que coloque o sentimento da nação acima de seus sentimentos particulares, e ainda: “Eu quero uma Presidente que ensinará nossas crianças que todos neste país importam – uma Presidente que realmente acredita na visão que nossos fundadores projetaram há tantos anos: que nós somos todos criados iguais, cada um uma parte querida da grande história americana. E quando crises chegam, nós não nos viramos uns contra os outros – não, nós escutam os uns aos outros. Nós nos apoiamos. Porque nós sempre somos mais fortes juntos”, uma pessoa capaz de sedimentar na consciência da nação que todo cidadão é importante na manutenção e no processo de evolução do país e que fomente o sentimento de igualdade e a força que a união pode gerar.

Expressa a vontade da nação, mas principalmente com ênfase em caracterizar que os desejos desta nação sempre são compartilhados por todos e não por um grupo, repassando-os de geração para geração, como é evidenciado no discurso dando-se voz aos anseios das crianças através da representação de seus pais: “[...] uma líder que será guiada todos os dias pelo amor e esperança e pelos grandes sonhos impossíveis que todos nós temos por nossas crianças”, além da voz que é dada indiretamente dentro do seu discurso, agregando assim a população LGBT, negra e pobre, mostrando-os que é necessário sonhar e acreditar pois a família Obama é descendente dos mesmos escravos que construíram o palácio que hoje é de sua posse, demonstrando uma quebra gigante de tabus que existem hoje em dia, e Michelle faz isso dentro do seu discurso, agregando a população consigo.

Nota-se que Michelle faz uso em alguns parágrafos de verbos no modo imperativo “Vejam” e “Olhem”, nestes momentos ela faz indicativos aos cidadãos a respeito das qualidades e pontos-chave no caráter de Hillary cujos quais a colocam no patamar de única “capaz” de assumir a presidência e continuar fazendo um governo em prol do futuro do país e mais importante, em prol das crianças.

Como exemplo do processo de lexicalização, que nas palavras de Fairclough (2001) são processos de significação do mundo que são interpretados de formas distintas no transcorrer dos tempos e para os mais variados grupos sociais, Michelle

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

faz uso do discurso de batalha de seus antepassados, os quais lutaram para acabar com a escravidão e o preconceito que assolavam o país e que em seu discurso, sua menção, remete-se à continuidade no combate as diferenças sociais e raciais, de acordo com o trecho “Essa é a história deste país, a história que me trouxe até este palco hoje à noite, a história de gerações de pessoas que sentiram o chicote da escravidão, a vergonha da sujeição, a ferroada da segregação, mas que seguiram aguentando e esperando e fazendo o que precisava ser feito para que, hoje, eu acorde toda manhã em uma casa que foi construída por escravos, e assista a minhas filhas – duas belas, inteligentes e jovens mulheres negras – brincando com seus cães no gramado da Casa Branca. E graças à Hillary Clinton, minhas filhas – e todos os nossos filhos e filhas – agora podem ter como verdade que uma mulher pode ser Presidente dos Estados Unidos”.

Michelle usa metáforas sem distinção, para demonstrar ao partido que este se manterá agregado ao povo, dando basicamente a introdução de como será o governo e se ele manterá sua linha progressiva ao mesmo tempo em que coloca Hillary como a "Capitã América", assim exemplificada nos trechos “ Crianças que nos olham para determinar quem e o que elas podem ser”, determinando o presidente como um cargo de delegação de profissões, como se as crianças dependessem disso para determinar seu futuro; e “Líderes como Hillary Clinton. Que tem garra e a graça de servir retornando e aumentando as rachaduras no mais alto e difícil teto de vidro, até que ela finalmente o atravessa, erguendo a todos nós junto consigo”. Supondo a superação das crises, dos problemas e superações de metas e paradigmas que poderão ocorrer.

Michele também coloca Hillary como uma “Super-Girl” que age apenas em prol da nação e pela nação, e estas partes ficam subentendidas, mas podem ser identificadas facilmente em alguns trechos como “Porque, como uma verdadeira servidora pública, Hillary sabe que isto é muito maior do que seus próprios desejos e desapontamentos.”, ou seja, os desejos populares antes de qualquer coisa, e neste “E olhem, houve vários momentos quando Hillary poderia ter decidido que esse trabalho era difícil demais, que o preço do serviço público era muito alto, que ela estava cansada de ser desmantelada por seu visual, ou seu jeito de falar ou mesmo

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

seu jeito de rir. Mas aqui está o ponto – o que mais admiro em Hillary é que ela nunca cede sob pressão”. Colocando Hillary como mulher de garra e força, que não cede em hipótese alguma, além de coloca-la como uma segunda mãe de todas as crianças do país, uma perfeita patriota e também futura presidente se depender de Michelle Obama. Bem como ironiza as críticas e o discurso de ódio que seu marido recebe de figuras públicas e utiliza-se de uma metáfora para auxiliar na educação e entendimento de suas filhas acerca dos acontecimentos “Como explicamos que quando alguém é cruel, ou age como um abusador, você não se rebaixa a esse nível – não, nosso lema é, quando alguém vai “baixo”, nós vamos “alto”.

Michele Obama se utiliza de discursos como o de Marthin Luther King para fundamentar e complementar o seu, com posse de partes do discurso que fomentam os anseios dos fundadores do país no que tange a luta constante em estabelecer a igualdade entre todos os membros desta nação, uma vez que este discurso servirá como resposta contra o discurso da oposição, por exemplo, e isto, pode ser notado em várias partes, mas em específico no trecho " Como insistimos que a linguagem de ódio que escutam de figuras públicas na TV não representa o verdadeiro espírito deste país. Como explicamos que quando alguém é cruel, ou age como um abusador, você não se rebaixa a esse nível – não, nosso lema é, quando alguém vai “baixo”, nós vamos “alto” e também neste "Em todas as palavras que pronunciamos, em cada ação que tomamos, sabemos que nossas crianças estão nos assistindo. Nós, como pais, somos os mais importantes modelos. E deixem-me contar a vocês, Barack e eu usamos essa mesma abordagem em nossas funções como Presidente e Primeira Dama, porque nós sabemos que nossas palavras e ações importam não apenas para nossas garotas, mas para crianças por todo o país” lembrando e citando de forma indireta as coisas horrendas que continham em um dos discursos de Donald Trump que vem a ser o oponente de Hillary Clinton dentro desta corrida pela eleição presidencial.

No trecho acima citado nota-se, além da interdiscursividade, a proposição baseada em seu marido, uma vez que Obama enquanto ex-presidente fez muito pelo país e este mesmo país caminhará pra frente apenas com a sua herdeira Hillary, fazendo isso de uma forma pretensiosamente citando os militares como arma do

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

futuro governante, e fazendo um adendo da seguinte forma "Porque quando você tem os códigos nucleares na ponta de seus dedos e os militares sob seu comando, você não pode tomar decisões em um estalo. Você não pode ter sangue quente ou tendência a ira. Você precisa ser equilibrado, experiente e bem informado". Colocando Trump como uma bomba prestes a explodir, fazendo dele "ilegível" uma vez que este não teria cabeça pronta e sangue frio para comandar as forças militares, em outro trecho vemos também incluso em seu discurso uma possível briga dentro de redes sociais, desmerecendo de certa forma ainda mais os seus concorrentes em especial Trump, como vemos neste trecho "Quero alguém com força comprovada entende que os desafios que um Presidente enfrenta não são "preto e branco" e para perseverar. Alguém que conhece este trabalho e o leva à sério. Alguém que não podem ser resumidos a 140 caracteres". Quase sem usar ironia dentro do seu brilhante discurso, Michelle coloca-se em negação à oposição do começo ao fim em uma intrigante desconstrução dos discursos e atitudes que já foram citadas nos trechos acima.

Michelle se mantém dentro do discurso como participante da população, ela se coloca em diversos lugares dentro da sua fala, desde mãe até primeira dama, para que seu discurso seja agregatório e também possa mostrar o quão às pessoas estarão bem dentro de um governo conduzido com a competência de Hillary, fazendo também com que este se transforme em uma conversa amigável, mas de certa forma formal, que se inicia com "Vocês sabem, é difícil acreditar que faz oito anos desde que eu vim à primeira vez para esta convenção, para falar com vocês sobre por que eu acreditava que meu marido deveria ser presidente. Lembrem-se como contei a vocês sobre seu carácter e convicção, sua decência e sua graça". Neste trecho vemos que Michele conversa com os presentes, e esta conversa se mantém do começo ao fim dentro do seu discurso multifacetando as cadeias intertextuais do seu discurso.

Michele mantém uma linha lógica de raciocínio que mostra uma evolução enquanto pessoa e enquanto primeira dama, esta evolução é contada detalhadamente e se finaliza com o verdadeiro propósito do discurso que é colocar todos para trabalhar em prol de Hillary, do povo e das crianças herdeiras dos bons costumes, e dos valores nem tanto conservadores, constados dentro da sua construção lógica do discurso. Esta linha de raciocínio é construída também, de maneira evolutiva quando ela inicia

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

dizendo que o lugar onde é o gabinete foi construído por escravos, e logo depois seria posse de descendentes de escravos, podemos notar também esta evolução no empoderamento feminino que é usado nas filhas de Michele, além de outros empoderamentos que são dados ao povo e principalmente a nova geração, demonstrando que sim, "nossos filhos" podem chegar onde quiserem com a pessoa certa no governo.

Michelle desenvolve um discurso centralizado nas ações e caráter de seu marido, enaltecendo suas qualidades e ressaltando-o como um homem que manteve a calma, o caráter e a decência durante o exercício de seu cargo na Casa Branca, como se observa no seguinte trecho: “[...] Lembrem-se como contei a vocês sobre seu caráter e convicção, sua decência e sua graça – as qualidades que vimos todos os dias em que serviu nosso país na Casa Branca”.

Expôs tais ações e condutas de seu marido de maneira cronológica, como em uma linha do tempo, desde antes da primeira eleição como Presidente, até o atual momento, onde Michele encontra-se mais uma vez em destaque, na mesma conferência do partido republicano, porém agora, após construir esta linha cronológica de seu marido e de sua brilhante atuação à frente do governo utiliza da confiança e credibilidade que lhe foram depositadas nos últimos 8 anos, da força que sua palavra e opinião possuem e traz uma mensagem aos seus aliados e demais cidadãos, de apoio, seu e de seu marido, à Hillary Clinton “[...] nós precisamos fazer como há oito anos e quatro anos: nós precisamos bater de porta em porta; nós precisamos de todos os votos; nós precisamos derramar até a última gota de nossa paixão e nossa força e nosso amor por este país, para eleger Hillary Clinton como Presidente dos Estados Unidos da América”, percebe-se ainda neste trecho citado que Michelle explicita através de sua figura de liderança, a necessidades de integração de todos, sem distinções econômicas ou sociais afim de manter-se a base política, econômica e social já construída por seu marido até o momento e objetivando ainda, a continuidade do progresso do país através da eleição de Hillary para a presidência.

Assim como fez com seu marido, Michelle enaltece as qualidades e posturas de Hillary “[...] o que mais admiro em Hillary é que ela nunca cede sob pressão. Ela nunca toma a fácil escapatória. E Hillary Clinton nunca desistiu de nada em sua vida.”,

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

e também fomenta a questão de quebra de paradigmas históricos como se sucedeu com seu marido “Essa é a história deste país, a história que me trouxe até este palco hoje à noite, a história de gerações de pessoas que sentiram o chicote da escravidão, a vergonha da sujeição, a ferroada da segregação, mas que seguiram aguentando e esperando e fazendo o que precisava ser feito para que, hoje, eu acorde toda manhã em uma casa que foi construída por escravos, e assista a minhas filhas – duas belas, inteligentes e jovens mulheres negras – brincando com seus cães no gramado da Casa Branca. E graças a Hillary Clinton, minhas filhas – e todos os nossos filhos e filhas – agora podem ter como verdade que uma mulher pode ser Presidente dos Estados Unidos”, portanto Hillary passaria a ser a primeira mulher a assumir o cargo de maior poder no planeta, à frente do país mais poderoso do mundo, e para isso tem o total apoio de Michelle e Barack, pois para eles, é a única pessoa que detém as competências necessárias para continuar conduzindo o país a novos horizontes.

Ao final da análise constata-se que Michelle Obama proferiu o discurso na Conferência do Partido Republicano seguindo a tradição norte americana, na qual toda primeira dama deve pronunciar um discurso em prol de seu marido, do seu papel como Presidente e conseqüentemente realizando uma propaganda em prol da continuidade dos projetos e planejamentos do próprio partido com o próximo candidato, do partido à que pertence. Porém, todos estes detalhes, nos levam a identificar não apenas uma simples tradição, mas uma na qual se identifica um modelo sexista, intrínseco à sociedade norte americana.

Michelle Obama enfatiza ao longo de seu discurso os serviços de qualidade prestados por seu marido, Presidente Barack Obama, à frente da Casa Branca, bem como a preservação do modelo dito clássico de família, onde buscam resguardar e promover princípios e valores concernentes ao âmbito familiar e disseminá-los para a nação. Realça ainda, a questão da união como fator principal para a superação de crises, obstáculos e paradigmas sociais.

Por fim, Michelle busca colocar a candidata Hillary Clinton como a única pessoa que detém as capacidades e competências necessárias para assumir a presidência dos Estados Unidos no lugar de seu marido, pois a candidata é a única pessoa, no certame eleitoral, que se desenvolveu à imagem da família Obama durante os últimos

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

oito anos, e que dará continuidade aos projetos já estabelecidos e promoverá outros tantos seguindo a mesma proposta de ação de Barack, bem como fomentará na população os mesmos princípios e valores cultivados pela família Obama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo e nas análises desenvolvidas, percebe-se o quão relevante e fundamental é o domínio primordial das bases da análise crítica do discurso, tanto no âmbito geral das ciências sócias, mas em específico da área referente ao curso de Direito.

O futuro jurista deve compreender que o curso de Direito, como base de construção e intervenção social, ou seja, que parte desde a mais simples até a mais complexa intervenção recíproca entre este e a sociedade, não pode valer-se de uma simples análise de textos de lei ou de procedimentos relacionados ao devido processo legal, deve buscar realizar uma análise de todas as estruturas supramencionadas e desenvolvidas, com o intuito de proceder a uma interpretação coesa, profunda e conseqüentemente mais realista, não se deixando levar pela simples aplicabilidade da norma.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Analisando o Discurso**. (USP). v. 8, n. 08, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

MACEDO, Silvio. **Curso de Linguística Jurídica**. 1. ed. Maceió: EDUFAL, 1989.

PETRI, Maria José Constantino. **Argumentação, Linguística e Discurso Jurídico**. 1. ed. São Paulo: Selinunte, 1994.

HUMANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS: NOVOS PARADIGMAS PARA A SAÚDE E GESTÃO

Robson Stigar¹¹
Vanessa Ruthes¹²

RESUMO: Este artigo apresenta as principais mudanças que vem ocorrendo nos últimos anos, no que tange a questão da Humanização e gestão de pessoas, principalmente as mudanças conceituais e suas implicações neste processo. Aborda as principais tendências da gestão de pessoas com ênfase na emergência do paradigma da humanização e, principalmente a partir de duas linhas de orientação: a Co-gestão e a Valorização do Trabalho e do Trabalhador. Demonstrando que o gestor da atualidade necessita de algumas competências específicas para contribuir com o desenvolvimento de todo este processo, dentre elas: conhecimento, determinação, ética, liderança de pessoas e processos, visão global, capacidade estratégica e de co-gestão, orientação para resultados, flexibilidade, sensibilidade e senso crítico.

PALAVRAS CHAVE: Capital Humano. Gestão de Pessoas. Humanização.

ABSTRACT: This paper presents the major changes that have occurred in recent years regarding the issue of people management, especially the conceptual changes and their implications in this process. It discusses the main trends in people management with emphasis on the emergence of humanization paradigm, mainly from two guidelines: Co-management and valuation of Labour and Labour. Demonstrating that today's manager needs some specific skills to contribute to the development of this process, such as: knowledge, determination, ethics, leadership of people and processes, global vision, strategic capacity and co-management, results orientation, flexibility, sensitivity and critical thinking.

KEYWORDS: Human Capital. People Management. Humanization.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a área de recursos humanos deixou de ser um mero departamento de pessoal para se tornar um setor com um papel fundamental e com caráter transformacional nas diferentes Instituições. Há pouco tempo atrás, esta área atuava apenas de uma forma mecanicista, na qual a visão que se tinha do empregado era a de um operacionalizador, executor de tarefas, que simplesmente obedecia ordens e processos de trabalho, no que tange a chefia, a visão que se tinha é que esta deveria atuar de forma pontual e centralizada.

Hoje o cenário é diferente: os empregados, ou então os funcionários (conceito que demonstra *per si* o a forma como eram julgados) são chamados de colaboradores,

¹¹ Doutorando em Ciência da Religião.

¹² Doutoranda em Teologia.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

ou seja, colaboram com o desenvolvimento do processo de trabalho. Os chefes, por sua vez, são chamados de gestores, ou seja, eles apenas organizam e alinham, mas já não determinam e mandam. Assim, no âmbito de Recursos Humanos, pode-se afirmar que gerir pessoas não é mais um fator de uma visão mecanicista, sistemática, metódica, ou mesmo sinônimo de controle, tarefa e obediência. Mas, sim uma tarefa de discutir e entender o disparate entre as técnicas tidas como obsoletas e tradicionais, com as metodologias inovadoras, juntamente com a gestão da participação (Co-gestão) e do conhecimento.

Um novo paradigma que vem emergindo nos últimos anos, e que reforça esta visão de gestão de pessoas é o da humanização. Esta nada mais é que a valorização dos diferentes sujeitos implicados nos processos de trabalhos. Nesta perspectiva é que se entende que este paradigma emergente pode contribuir de forma efetiva e eficaz com o novo processo de gestão de pessoas que vem se configurando na área de Recursos Humanos.

2 NOVOS PARADIGMAS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

Vivemos na sociedade do conhecimento, onde o talento humano e suas capacidades são vistos como fatores competitivos no mercado de trabalho globalizado. Porém, esse talento e essa capacidade têm que ser observados com outros olhos, olhos de colaboradores e não de concorrentes.

Necessitamos assim resgatar o papel do ser humano na organização, a fim de torná-los competentes para atuar em suas atividades como colaboradores. É com esse cenário que as organizações devem ter a visão de que o capital humano será seu grande diferencial. Assim, surge um novo conceito em gestão de pessoas.

Os avanços observados nas últimas décadas têm levado as organizações a buscarem novas formas de gestão com o intuito de melhorar o desempenho, alcançar resultados e atingir a missão institucional para o pleno atendimento das necessidades dos clientes. Nota-se também que o sucesso das organizações modernas depende, e muito, do investimento nas pessoas, com a identificação, aproveitamento e desenvolvimento do capital intelectual.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

O trabalho humano em organizações tem merecido a atenção de muitos estudiosos, que tentam compreender os fatores que influenciam o desempenho das pessoas no ambiente de trabalho. Isto porque tudo que uma organização é capaz de realizar depende, em última análise, das pessoas com que conta.

Observa-se que existe um grande esforço no sentido de mudar do antigo modelo burocrático para um modelo de gestão gerencial, que em muitos casos tiveram grandes avanços, como por exemplo a introdução de novas técnicas orçamentárias, descentralização administrativa de alguns setores, redução de hierarquias e implementação de instrumentos de avaliação de desempenho organizacional.

A real vantagem competitiva no mercado não está somente representada no financeiro ou nos altos investimentos em tecnologia, entre outros exemplos que poderíamos citar, mas sim nas pessoas que compõem a organização, que movimentam tudo isto no cotidiano.

A partir da década de 90 do século XX, com as profundas mudanças nos cenários nacional e internacional, como a acirrada concorrência e a globalização, houve a necessidade urgente de buscar novos paradigmas de gestão. Assim sendo foi necessário quebrar os velhos paradigmas para entender a empresa e as pessoas como gestoras e colaboradoras bem como entender o novo conceito de gestão de pessoas.

Se analisarmos, perceberemos que o papel do colaborador é mais participativo; ele tem maior autonomia em suas atividades, cooperação nas decisões com seus gestores, facilidade na interação, aprendizagem, conhecem a empresa e participam dos negócios. Porém, o discurso tem que ser unido com a prática, ou seja, a gestão de pessoas tem que efetivamente acontecer na prática.

Entretanto, algumas questões cruciais permanecem pendentes e precisam ser enfrentadas. Um dos caminhos que poderão ser percorridos é o aprimoramento da gestão de pessoas, tendo como premissas a valorização do capital intelectual e a modernização do processo produtivo.

3 RECURSOS HUMANOS X GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas, em geral, ainda está muito vinculada ao paradigma mecanicista, tendo absorvido pouco do paradigma holístico, que abrange muito mais profundamente as áreas de atuação humana, com vistas à melhoria contínua do processo de Gestão de Pessoas, que vem sendo desenvolvido por várias instituições por meio do pensamento sistêmico.

A gestão de pessoas é caracterizada pela participação, capacitação, envolvimento e desenvolvimento do bem mais precioso de uma organização, o capital humano, que nada mais é do que as pessoas que a compõe. Cabe à área de gestão de pessoas a nobre função de humanizar a instituição, ou seja, valorizar o ser humano como pessoa e não apenas como profissional. Apesar da gestão de pessoas ser um assunto tão atual na área de administração, ainda é um discurso para muitas organizações, ou pelo menos não se tornou uma ação prática.

Compete ao departamento de gestão de pessoas promover, planejar, coordenar e controlar as atividades desenvolvidas relacionadas à seleção, orientação, avaliação de desempenho funcional e comportamental, capacitação, qualificação, acompanhamento do pessoal da instituição num todo, assim como as atividades relativas à preservação da saúde e da segurança no ambiente de trabalho da Instituição.

Esse setor de gestão de pessoas tem uma grande responsabilidade na formação do profissional que a instituição deseja, objetivando o desenvolvimento e crescimento da instituição como o do próprio funcionário, tido como colaborador para adquirir os resultados esperados.

Entendemos que os colaboradores, não são apenas técnicos ou recursos, mas são seres humanos dotados de uma série de fatores, inteligência, razão, emoção, sentimentos, que precisam ser mais valorizados no seu todo, ou seja, de forma integral, holística.

Não podemos esquecer que a mão de obra são os seres humanos e não simplesmente objetos de mais valia, são as pessoas que fazem a instituição desenvolver-se: esses seres humanos são o fator dinamizador da instituição, o que

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

impulsiona, sendo assim, devem ser sempre tratados com respeito, afeto, tolerância, solidariedade, formando um profissional humano e não apenas técnico.

Um dos grandes obstáculos para o crescimento corporativo e consequentemente das instituições, é a falta de pessoas eficientes, a perda de entusiasmo, a falta de motivação, que em muitos casos o uso de pequenas ações de valorização do quadro pessoal já seria significativo para sanar o problema. Não podemos esquecer que estamos trabalhando com pessoas humanas e não com instrumentos ou máquinas.

4 O PARADIGMA DA HUMANIZAÇÃO E OS RECURSOS HUMANOS

Quando falamos de humanização, vários são os textos que nos ajudam a entender este novo paradigma. No Brasil, foi criado em 2003 uma Política Nacional que busca reger os processos de Humanização no Sistema Único de Saúde (SUS), um documento que se tornou referencial nesta área. Por esta razão é que, apesar de seu foco ser em saúde, este será utilizado como balizador de argumentação.

O documento utiliza como método a inclusão de todos os sujeitos implicados no processo de transformação do trabalho. Para isto utiliza-se de várias orientações gerais que nos auxiliam a delinear diferentes estratégias de ação. Estas orientações são denominadas de diretrizes e as que têm maior aproximação com as questões relativas a recursos humanos são a Co-gestão e a Valorização do Trabalho e do Trabalhador.

A Co-gestão, para o paradigma da humanização, não é somente um processo de gestão participativa no qual o colaborador compreende seu processo de trabalho e todas as suas interfaces, ou pode colaborar direta ou indiretamente no aperfeiçoamento do mesmo. Mas, a Co-gestão propõe um modelo centrado no trabalho em equipe e na construção coletiva de todos os processos. As equipes executoras são aquelas que devem planejar, pois ninguém melhor do que elas sabe a forma de agilizar, limpar ou sanar problemas já existentes.

Quando se fala em Valorização do Trabalho e do Trabalhador é importante ter-se em vista que esta valorização não está ligada necessariamente e somente a

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

retornos financeiros e benefícios, presentes, bônus e projetos de celebração de datas especiais. Acima de tudo a valorização está ligada com o desenvolvimento dos processos de trabalho, neste sentido o foco desta diretriz está também no processo de gestão do trabalho e principalmente de como ele ganha características de importância e satisfação na vida dos colaboradores.

A partir desta perspectiva, e de tudo o que se discorreu até o presente, é importante salientar que o modelo de gestão de pessoas realizado por uma ótica do Recursos Humanos a partir do paradigma da humanização possui em si perspectivas que necessitam ser melhor exploradas e aplicadas.

5 A CO-GESTÃO E A HUMANIZAÇÃO

Uma das grandes tarefas do setor gestão de pessoas além de formação humana é conscientizar os colaboradores do espírito da Co-gestão, ou seja conscientizar esse colaborador de que suas ações devem ser respaldadas nos seguintes princípios comuns na instituição, tais como: desenvolvimento responsável e ético de suas atividades; capacidade de atuação baseada nos princípios da gestão empreendedora; capacidade de realização de tarefas que incorporem inovações tecnológicas; capacidade de trabalhar em rede; capacidade de atuar de forma flexível; conhecimento da missão e dos objetivos institucionais das organizações em que atuam; dominar o conteúdo da área de negócio da organização; capacidade de atuar como consultor interno das organizações em que trabalham; Co-gestão, dentre outros.

Para desenvolver essas ações, o gestor também deve ter: visão sistêmica, trabalho em equipe, bom relacionamento interpessoal, planejamento, capacidade empreendedora, capacidade de adaptação e flexibilidade, cultura da qualidade, criatividade e comunicação, liderança, iniciativa e dinamismo.

O desenvolvimento dessas habilidades e competências é importante, tanto para o gestor como para o colaborador, pois envolvem elementos da personalidade das pessoas aplicados à sua práxis profissional, representando assim um processo

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

de integração entre as características individuais e as qualidades requeridas para missões profissionais específicas.

A Instituição, atualmente, deve se preocupar, construir e manter permanentemente um ambiente e clima de trabalho propício ao bem-estar, à motivação e à satisfação de todos os servidores, através de sistemáticas próprias objetivando o bem-estar e a satisfação dos colaboradores.

Existem algumas premissas básicas para um bom ambiente de trabalho que devem ser fomentadas pela gestão de Pessoas e desenvolvidas por todos na instituição: admitir uma filosofia social de inspiração humanística – “o ser humano é o sujeito, fundamento e fim da vida social”.

Dentro desta perspectiva devemos ter em nossa prática de gestão a humildade de reconhecer o potencial humano como o recurso estratégico mais importante para o desenvolvimento e sucesso institucional; envolver e comprometer todos os servidores no trabalho de melhoria do serviço público, com ênfase na participação dos mesmos no processo de gestão.

Precisamos ainda reconhecer que é necessário capacitar e profissionalizar o servidor para que desenvolva e utilize seu pleno potencial de modo coerente e convergente com os objetivos estratégicos da instituição; manter todos os esforços para criar e manter uma cultura organizacional que conduza à excelência do desempenho e ao crescimento individual e institucional.

É necessário também reconhecer os servidores, individualmente ou em suas entidades associativas, e as instituições de direito público e privado como clientes naturais da instituição; centrar o foco das atividades das instituições nos clientes, conhecendo-os, relacionando-se com eles, medindo-lhes o nível de satisfação e induzindo-os ao controle social.

A formação é provavelmente a função de gestão de pessoal mais destacada na literatura teórica e prática sobre a melhoria da qualidade de vida e de formação profissional, sem um perfil humanizador o gestor não tem condições de formar discípulos capazes de gerir uma instituição e/ou setor para administrar a questão da dignidade humana.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Na chamada *Era do Conhecimento*, a formação humana é apresentado como o mais importante fator crítico de sucesso. Para isso acontecer é necessário formular e coordenar a execução de um plano de capacitação anual voltado para o desenvolvimento do funcionário, compatível com as necessidades da Instituição e com os recursos disponíveis.

Busca se ainda desenvolver ações no sentido da formação de gerentes com postura participativa, capacitando-os para o exercício do papel de orientador e estimulador do desenvolvimento e desempenho dos colaboradores; possuir instrumentos de avaliação da satisfação dos funcionários e indicadores organizacionais, bem como ações para identificação, análise e solução de problemas e melhoria dos serviços.

Sugere-se algumas ações pelas quais, a humanização, que é tida como a principal dentro de uma visão sistêmica e holística, que permite que todos sejam interativamente responsáveis pela gestão, inclusive pelos resultados.

Neste sentido devemos promover maior integração entre os diversos grupos da organização; criar nas equipes de trabalho uma consciência profissional, proporcionando meios para o resgate da autoestima; intensificar o treinamento; investir no desenvolvimento profissional e pessoal não só por intermédio de cursos, mas também através de inovações no sistema de trabalho.

Percebe se ainda a necessidade de permitir que o colaborador busque o seu próprio crescimento profissional; reconhecer por meio de prêmios ou simplesmente por intermédio de elogio e oferecer *feedback* quanto ao desempenho; levar o funcionário a interagir com a comunidade, enfatizando a responsabilidade social da organização e do trabalho de cada pessoa; criar ambientes físicos de trabalho seguros e agradáveis; avaliar constantemente o bem-estar e a satisfação pessoal dos funcionários; disponibilizar recursos essenciais à execução do trabalho.

A questão do bem estar também é fundamental no ambiente de trabalho, neste sentido precisamos promover um clima organizacional positivo, o que inclui estimular as relações interpessoais; promover formação e instrução absolutamente concentrada naquelas capacidades primordiais da instituição; apoio e estímulo ao investimento pessoal do funcionário em seu desenvolvimento; divulgação dos

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

propósitos e objetivos; sinalização de continuidade do trabalho; contabilização sistemática dos resultados; adequação das práticas de treinamento às diferenças individuais das pessoas.

Dentro da área de gestão de pessoas surge, silenciosamente, uma geração de profissionais com foco em negócios e suas relações, ocupando espaços, substituindo perfis que não agregam valor, evidenciando um período de transição em que paredes, paradigmas e processos estão sendo demolidos, dando ênfase em formações generalistas, ferramentas inovadoras de comunicação, *links* com o mundo empresarial em sua totalidade, parâmetros de validação do esforço de aprendizagem ligados à contribuição que tais ações trazem às pessoas, à estrutura da empresa e aos resultados, ligações com universidades e utilização do pensamento sistêmico.

Planejamento, *marketing*, direção, controle, arrecadação de fundos e as atividades-fim estão diretamente relacionados aos conhecimentos, atitudes e habilidades que as pessoas trazem e desenvolvem ao longo de sua vida pessoal e profissional. Nesse contexto a Gestão de Pessoas torna-se algo essencial na instituição.

Isto vale para todas as organizações, independente da atividade a que se dedicam. A peculiaridade está em dar aos recursos humanos um tratamento adequado aos propósitos da organização e aos valores que ela expressa. Por isso, não é raro encontrarmos autores que sustentam que o primeiro público a ser considerado por uma organização é o público interno.

Em linhas gerais, uma organização não será capaz de demonstrar respeito por seu público alvo, se não praticar esse mesmo princípio internamente, até porque são os recursos humanos da empresa que possuem contato direto com o público externo.

Outro fator que ajuda a desenvolver um ambiente mais agradável na instituição é refletir os aspectos estruturais, operacionais e comportamentais que envolvam o gerenciamento de pessoas, isto é, compreender a instituição e as pessoas, bem como instrumentalizar as pessoas para que viabilizem a tomada de decisão mais assertivas, através do desenvolvimento de outras práticas, tais como os valores humanos, moral, ético e a própria solidariedade.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Ao falar de gestão de pessoas, em um primeiro momento lembramos de recrutamento e seleção de pessoas, mas não é só isso, temos inúmeras atividades que são desenvolvidas, como: treinamento e desenvolvimento de pessoas, cargos e salários, benefícios, questões trabalhistas, segurança do trabalho, entre outros.

6 A GESTÃO DE PESSOAS À LUZ DO PARADIGMA DA HUMANIZAÇÃO.

Os objetivos da gestão estratégica de pessoas devem estar bem claros e definidos para que haja definitivamente sucesso na instituição. Um desses objetivos certamente é ajudar a realizar seu trabalho com êxito, bem como possibilitar competitividade, além de definir os envolvidos como colaboradores e não simplesmente funcionário. Entretanto essa relação tem que ser recíproca tanto do colaborador quanto da instituição, assim ambos necessitam de motivação e formação constante para garantir uma gestão com êxito não só no quesito profissional, mas humano também.

A motivação é o que vai garantir qualidade nas ações desenvolvidas, para isso faz necessário refletir, tanto por parte da instituição como do colaborador, se o serviço desenvolvido é o serviço que lhe agrada, pois o que está em jogo é a própria felicidade e realização pessoal e não apenas o emprego ou a função que ocupa. Essa motivação e realização fazem parte da dimensão humana do ser humano, portanto fazendo parte da humanização.

O gestor de pessoas deve ter sempre uma perspectiva daquilo que quer, pensar o futuro, e para isso faz-se necessário um planejamento estratégico organizacional, deixando os objetivos bem claros e como metas. Para isso acontecer é necessário a dimensão da Co-gestão, princípio básico da humanização da instituição que visa a colaboração e participação de todos na instituição, assim a responsabilidade é de todos; neste sentido o espírito de equipe é essencial.

O setor de gestão de pessoas pode em muito contribuir para o crescimento da instituição, de diversas formas; a mais importante considera-se a responsabilidade em formar profissionais especialistas na área que se propõe, como também formar

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

este profissional para com os princípios éticos da instituição por meio do processo de humanização.

Ser apenas um profissional não basta para a atual realidade, tem que ser humano também. Estudos da psicologia comportamental vem mostrando que os valores humanos contribuem significativamente para o crescimento, amadurecimento e sucesso pessoal e conseqüentemente da instituição, bem como ser parte integrante do planejamento estratégico da organização e saber como incentivar o alcance dos objetivos individuais e da empresa.

Desenvolver a qualidade de vida vem sendo um dos grandes desafios da atualidade em várias instituições e também nas próprias pessoas, visando não só à produtividade e à motivação da pessoa humana, mas também o próprio bem-estar social que esta merece, ou seja, dignidade humana e reconhecimento não só salarial, mas nas próprias ações trabalhistas e pessoais que desenvolve.

O individualismo é sempre criticado, porém se faz necessário uma análise mais profunda sobre esta atitude, pois pode ser entendida como um sinal de liderança e ao mesmo tempo um potencial que precisa ser mais bem conduzido e explorado e não simplesmente criticado.

Porém, quando negativo, em que não há espírito de equipe e não há mais o que fazer, ele deve ser respeitado, tolerado, isso ajuda a evitar conflitos diretos, além de que a liderança em uma equipe não é algo para todos, em outras palavras o atual gestor deve levar em conta não só a dimensão profissional, mas também humana de cada um de seus colaboradores.

Outro fator é a particularidade que cada pessoa possui, também essencial para o crescimento da instituição. Não podemos esquecer que vários gênios da humanidade foram pessoas solitárias e com dificuldade de relacionamento, entretanto deram uma grande contribuição social e científica para a sociedade e para humanidade.

O próprio filósofo Maquiavel faz referência a este fato. Segundo Maquiavel, em *O príncipe*, o governante, o gestor, deve ter capacidade de prever os fatos e encaminhar soluções para que tal fato não ocorra, e se ocorrer, a solução deve ser rápida, se não o fato pode ir aumentando de tal forma que não haja mais solução.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Neste sentido o gestor deve ter sempre um espírito crítico, uma opinião própria e uma grande capacidade de reflexão e flexibilização, tendo em vista as grandes e rápidas transformações sociais que ocorrem no mundo, como a globalização institucional e a formação humana dos colaboradores.

Não só nas instituições, mas na própria vida, o comportamento ético vem sendo muito requisitado, por questões simples, como confiança e respeito. Tal comportamento é uma grande necessidade para o crescimento da empresa e também pessoal; tal atitude traz junto de si a questão da responsabilidade social, também muito debatida, requisitada e presente na sociedade, a fim de evitar conflitos pessoais que possam atrapalhar o bom andamento da vida da pessoa e também da própria vida da empresa.

Assim sendo o gestor na área da gestão pública deve ser, nesse sentido, um facilitador para que as relações ocorram dentro dos princípios éticos e de acordo com a missão da instituição, bem como voltada para a humanização das pessoas e da instituição em si.

Certamente será este o diferencial que vai motivar a pessoa, que vai fomentar nela o espírito de socialização, de trabalho em grupo e por aí vai gerando crescimento tanto pessoal como social e para a própria empresa também. Tal ação vai fazer com que as pessoas se tornem parceiros da empresa e não apenas funcionários, conduzindo ela ao sucesso, criando aí laços pessoais, tornando-se ativas na instituição e até mesmo na sociedade, enfim, dando um novo sentido ao trabalho, à vida e às coisas.

Esses colaboradores, se vistos como parceiros, corresponsáveis pela instituição, terão maior produtividade e desenvolvimento, estarão preocupados e envolvidos com as metas, com os resultados, com os clientes, com a empresa, com os colegas de trabalho, com o próprio bem-estar social, pessoal e dos demais ao seu redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, o processo de gestão de pessoas, nos últimos anos sofreu uma série de transformações face às necessidades de inclusão dos diversos sujeitos nos processos de trabalho das diferentes Instituições. A modernização ou a reestruturação do processo produtivo deixou de ser uma opção e passou a ser uma questão crítica no alcance da qualidade dos serviços. A rapidez nas decisões, tão importante na atualidade, só é possível com a racionalização das atividades e com a ajuda das mais recentes tecnologias de Serviços.

Procuramos apresentar neste artigo a forma como estas modificações devem estar ligadas diretamente ao paradigma da humanização, que com sua proposta diferenciada de Co-gestão e de Valorização do Trabalho e do Trabalhador ajudar a configurar um cenário mais participativo na dinâmica da gestão pessoas. Cenário este que nos auxilia de forma efetiva a traçar não só o perfil do gestor que esta responsável por esta equipe, mas também elencar pistas de ação para a configuração no mesmo.

Vale lembrar que consideramos este artigo como um ensaio, como uma breve introdução ao tema e não como uma postura determinista, ou seja, fechada, acabada, pronta. O diálogo entre as posições diferentes enriquece a discussão e faz o papel da dialética, tão importante e necessária para o desenvolvimento acadêmico, social, político, cultural e educacional da sociedade.

REFERÊNCIAS

AVIS, K; NEWSTROM, J.W. **Comportamento humano no trabalho**: uma abordagem psicológica. São Paulo: Pioneira, 1998.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2000.

BUKOWITZ, Wendi R.; WILLIAMS, Ruth L. **Manual de Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa Campos. **Práxis e Formação Paidéia – aopio e Co-gestão em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2013.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Recursos Humanos**: o capital humano das organizações. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREMA, Roberto. **Visão holística em psicologia e educação**. São Paulo: Sumus, 1991.

DUTRA, J. **Gestão de pessoas**. Ed Atlas, 2006.

FLEURY, Maria Teresa Leme; OLIVEIRA JUNIOR, Moacir de Miranda. **Gestão Estratégica do Conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2001.

GRANDE, Carla Maria Perdigão Martirns. **A humanização em questão: o estado da arte**. In: OSSWALD, Walter. *Ensaio de Bioética*. Lisboa: Universidade Católica, 2008.

LARA, Consuelo R. Dutra de. **A atual gestão do conhecimento**. São Paulo: Nobel, 2004.

LUCENA, M. Diva da S. **Planejamento de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 1992.

MILITÃO, Albigenor. **Jogos, dinâmicas e vivências grupais**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Humanização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

PEIXOTO, Paulo. **Gestão estratégica de recursos humanos para a qualidade e a produtividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

PINCHOT, Guilford. **O poder das pessoas**: como usar a inteligência de todos dentro da empresa para a conquista do mercado. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

PONTES, B.R. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**. São Paulo: LTr, 1988.

RIOS, Izabel Cristina. **Humanização e Humanidades em Medicina**. São Paulo: UNESP, 2012.

RUANO, A. **Gestão por competências**. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2003

TERRA, Jose Cláudio Cyrineu. **Gestão do Conhecimento: as setes dimensões**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

ZABOT, João Batista M. **Gestão do Conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2002.



Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

WEIL, Pierre. **O novo paradigma holístico**. São Paulo: Summus, 1991.

LEI 13.146/15, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: UMA FERRAMENTA PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO COMUM/REGULAR?

Maria Fernanda Ferreira Nadolny¹³
Sandra Salete Camargo Silva¹⁴

RESUMO: Discute-se atualmente a Inclusão Escolar para as pessoas com Síndrome de Down – SD enfocando a Lei nº 13.146 de 2015, colocando assim, a pessoa com deficiência com direito ao acesso, permanência e participação no âmbito escolar e social. O estudo justifica-se pela relevância da modificabilidade na prática educativa e social perante esta temática. Esta pesquisa pretende analisar tal processo de inclusão, sob a perspectiva crítica das categorias da totalidade e das contradições entre as oportunidades instituídas e as condições reais e concretas dos sistemas de ensino para incluir tais pessoas. Objetivo principal da pesquisa: analisar o processo de inclusão das pessoas com deficiências no contexto educacional no Brasil contemporâneo. Especificamente há os objetivos de: compreender a inclusão das pessoas com deficiência no aspecto escolar; de entender o que é SD; de analisarmos criticamente pontos da Lei 13.146/15 para a inclusão educacional de pessoas com SD na educação comum/regular. Como metodologia, utilizaremos a revisão bibliográfica de autores contemporâneos e da *Lei Brasileira de Inclusão* da Pessoa com Deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Legislação. Deficiência. Síndrome de Down.

ABSTRACT: We are currently discussing School Inclusion for people with Down syndrome - SD focusing on Law No. 13,146 of 2015, thus placing the disabled person with the right to accessibility, permanence and participation in the school and social environment. The study is justified by the relevance of the modification in the educational and social practice before this theme. This research aims to analyze the process of inclusion, under the critical perspective of the categories of totality and the contradictions between the opportunities established and the real and concrete conditions of the education systems to include such people. Main objective of the research: to analyze the process of inclusion of people with disabilities in the educational context in contemporary Brazil. Specifically for the purposes of: Understanding what SD is; Of 13 December 1994 on vocational education and training. As a methodology, it uses a bibliographical review of contemporary authors and the Brazilian Law on Inclusion of the Person with Disabilities.

KEYWORDS: Inclusion. Legislation. Disability. Down Syndrome.

1 INTRODUÇÃO

A Inclusão vem desdobrando-se ao longo dos anos e para entendermos a sua conjectura atual, é relevante adentrarmos na história e observamos quantas faces ela já possuiu. Assim, vemos que com o seu desdobrar houve muitos ganhos e retrocessos no decorrer dos anos. Contudo, atualmente, observamos que está

¹³ Graduanda em Pedagogia, da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR, participante do NEPEDIN – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão.

¹⁴ Mestre e Doutora em Educação, graduada em Pedagogia e Direito, Docente adjunta do Colegiado de Pedagogia, da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR, Líder e Coordenadora do NEPEDIN – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Inclusão possui melhorias com algumas modificações, exemplo é a promulgação da Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiências, Lei nº 13.146 de 2015, que entrou em vigor no mês de janeiro de 2016, que aborda as condições de acesso, permanência e participação aos quais a lei se destina.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de debates e estudos com enfoque nesta temática, que representada nas leis, concretizam-se na prática educativa dentro das salas de aulas, havendo mais atendimento com qualidade a estes alunos e em especial àqueles com Síndrome de Down.

Com a metodologia respaldada no estudo e análise bibliográfica em autores contemporâneos que abordam a temática e na Lei ° 13.146 de 2015, Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiência. O objetivo do estudo encontra-se em entender o processo de inclusão das pessoas com deficiências no contexto educacional no Brasil contemporâneo. Especificamente, compreender a inclusão das pessoas com deficiência no aspecto escolar, entender o que é SD, identificar criticamente pontos da *Lei Brasileira de Inclusão* da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/15 utilizada para a inclusão educacional de pessoas com SD na educação comum/regular.

Percebemos ainda, a necessidade de estudar mais esta temática, para que seja rompido com paradigmas existente na sociedade e para que estas pessoas possam usufruir do que é de seu direito.

2 A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: NO PANORAMA DA ESCOLARIZAÇÃO

A conquista de direito e de espaço social foi ocorrendo aos poucos, vemos a importância de abordarmos alguns fatos da história, para assim, compreender o panorama da escolarização atual, evidenciando nuances no decorrer dos anos. Para entendermos esse processo histórico da Inclusão, recorreremos a Mendes (2010a) onde apresenta-nos a trajetória como um processo lento, havendo conquistas e retrocessos, avançando ao cenário educacional à medida que havia ganhos para a educação em geral, na Constituição Federal de 1988, afirma a Educação como direito de todos, porém não apresentou subsídios para a qualidade da Inclusão na prática educativa.

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Como marco internacional encontramos declarações em prol de uma Educação com mais qualidade para as pessoas com deficiência, aprontado por Camargo-Silva e Goulart (2010), destacando-se a Declaração Mundial sobre Educação para todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (1999), e o Fórum Mundial de Educação (2000), todas com a sua importância para o processo da Inclusão.

Também destacamos que a educação especial passou por três paradigmas segundo Pimentel (2012), sendo o primeiro paradigma da segregação onde dividia-se em escolar especial e escola comum/regular, o segundo paradigma da integração colocando dualidade entre sala comum/regular e sala especial o terceiro e mais recente paradigma da inclusão. A Inclusão segundo Bueno (2008) é uma política em ação para inserção dos alunos excluídos da escola, e esta política é uma ação do Estado para remediar alguma situação que a sociedade pede e anseia uma solução urgente do mesmo.

E nesse sentido, a função da escola vai além de repassar os conhecimentos acumulados historicamente (função esta importantíssima), mas, contudo, ela também é espaço de formação cidadã e social do indivíduo. Enfocando assim, a parte de construção do sujeito participante e crítico perante a sociedade. Com isto, precisamos que esta formação docente seja com qualidade para melhor atender estas crianças.

A Lei Brasileira de Inclusão a pessoa com deficiência foi promulgada em 6 de julho de 2015, mas entrou em vigor em 03 de janeiro de 2016, após 180 dias de sua promulgação. Ela originou mudanças na forma de olhar a deficiência, colocando-a como uma limitação que não a impede de possuir autonomia para participar ativamente da sociedade. Anterior a esta Lei estava em vigor a Lei nº 10.216 do ano de 2001, que dava direitos aos deficientes intelectuais, mas com a nova lei garante estes direitos a todas as pessoas com deficiências, um grande ganho para a sociedade atual. A mais recente lei com a temática da Inclusão nº 13.146 de 2015 corrobora com ganhos para Educação, garantindo mais uma vez o direito a Educação, como está explícito no Art. 27:

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p.9)

Precisamos garantir este direito na prática educativa, no cenário educacional atual, para que então ela não fique apenas no papel, sendo o professor a peça chave para isto, garantindo que sejam atendidas as subjetividades dos alunos com deficiências, dando-lhes acesso ao currículo escolar com condições dignas e com igualdade, modificando seus saberes para melhor.

3 AS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: COMPREENDER PARA INCLUIR

Dentre os nuances do processo histórico, em meio há ganhos e retrocessos para a Inclusão, em especial para crianças com Síndrome de Down - SD observamos que para discutirmos as leis, primordialmente necessitamos entender o que é a SD.

E neste viés, considerando assim que ela não é uma doença, mas sim uma cromossopatia como a Pimentel (2012 p. 29) nos aborda:

A Síndrome de Down está relacionada a uma cromossopatia, ou seja, uma anormalidade na constituição cromossômica que ocorre no momento ou após a concepção [...] sob a forma de um cromossomo extra no par 21 ou trissomia simples. Porém, outros tipos de alterações cromossômicas também foram detectados nos cariótipos de pessoas com Síndrome de Down como, por exemplo, a translocação e o mosaïcismo.

Dentre isto, destacamos o papel da família, sendo-o riquíssimo para a aprendizagem e desenvolvimento das pessoas com SD, é onde a criança tem o primeiro contato com a cultura, sociedade e pessoas, destacando assim, a família como base, espelho e apoio para o indivíduo, onde evidenciamos aqueles com SD, como salienta Pereira-Silva e Dessen (2007, p. 430):

A família desempenha um papel tanto de impulsionadora como de inibidora dos processos de desenvolvimento do indivíduo, considerando as características do ambiente, bem como as relações familiares nele estabelecidas. Ela é a primeira mediadora entre o indivíduo e outros microssistemas e a cultura, transmitindo os significados culturais para os membros de seu grupo ao longo de gerações.

E nesta perspectiva, enfocamos a Educação como direito de todos desde a Constituição Federal de 1988, que é importantíssima para a inserção social deste indivíduo, ensinando-o a ser mais independente possível e dando acesso ao mundo letrado, como salienta Pereira-Silva e Dessen (2007, p. 430):

A escola também é um dos principais microssistemas promotores do desenvolvimento dos indivíduos. Trata-se da segunda instituição social de maior importância para as crianças pré-escolares e, em especial, para aquelas com deficiências, particularmente no que se refere à sua característica de estimuladora de funções cognitivas e sociais. Através da transmissão do conhecimento, a escola repassa seus valores, crenças e modos de comportar, os quais podem ou não entrar em conflito com os da família.

E assim percebemos que a escola possui um papel grandioso na formação humana e para a qualidade social, assim, é visível a relevância da aceitação da criança com SD no ambiente educacional, sendo necessária a afetividade e cooperação para que haja o desenvolvimento do discente, porém, este processo procede ainda nos dias atuais de forma lenta, como é frisado pela Pimentel (2012, p. 93):

[...] Muitos professores, por não acreditarem na capacidade de aprendizagem dos estudantes com Síndrome de Down, acabam desenvolvendo práticas que restringem a “educação inclusiva” às questões relativas à socialização, pensando ser suficiente o convívio entre os ditos “normais”.

Em contrapartida a mesma autora (2012), afirma que as crianças com SD aprendem de forma mais lenta, pelo fato de apresentarem dificuldades em aspectos da memorização e da linguagem, porém isto não impede seu aprendizado. Já na efetivação da Inclusão na prática educativa, o docente precisa incluir em suas aulas, condições e suporte ao aprendizado, assim como a inclusão de não somente incluí-lo dentro da sala, mas a inclusão deve acontecer no conhecimento, nas aulas, no aprender.

Sabemos que todos os alunos são subjetivos possuindo ou não deficiência, e neste sentido a criança com SD é mais uma com sua subjetividade dentro da sala, não diferenciando dos outros. E neste viés com a conceituação da SD, destacamos

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

a mais recente Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146 de 2015 onde evidencia as condições de acesso, permanência, participação, qualidade de vida e Inclusão para pessoas com deficiência, colocando-a com direito a igualdade e qualidade tanto na Educação como no Social.

É necessário oferecermos uma Educação com qualidade para que haja modificabilidade do saber do aluno corroborando para sua autonomia e qualidade de vida. Mas, para alcançarmos tal intuito precisamos de um aporte jurídico que respalde as demandas sociais e atendam a inclusão dessas pessoas no ambiente escolar.

4 A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI 13.146/15): UMA FERRAMENTA PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL

A *Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência* (lei 13.146/15) pode ser considerada uma das ferramentas para a inclusão educacional ao estabelecer que a pessoa com deficiência possa participar efetivamente na sociedade, com igualdade e condições como as outras pessoas, isto deixa explícito que a deficiência não é algo que incapacite, e sim apenas uma limitação. Para entendermos a aplicabilidade e o público necessário veremos o conceito de deficiência nas disposições desse ordenamento jurídico:

Art. 2º. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p.1).

A deficiência pode se constituir de várias formas, como a deficiência intelectual, deficiência física e motora, deficiência auditiva e surdez, deficiência visual e cegueira, sendo que para avaliá-la é requisito levar em consideração o aspecto biopsicossocial; destacamos aqui a Síndrome de Down com características da deficiência intelectual. A lei supracitada dispõe que não cabe à pessoa com deficiência se adaptar à sociedade, mas a sociedade precisa adaptar-se para atender a ela, respeitando sua subjetividade, dando-lhes condições dignas de vida cidadã, social e acesso ao mundo letrado. Essa legislação prevê ainda, nos seus artigos que a inclusão da pessoa com

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

deficiência precisar voltar-se para a autonomia, independência, qualidade de vida e a inclusão social e cidadã. Está abordagem corrobora as afirmações de Mendes (2010b, p.14):

[...] a meta de desenvolver a independência ou autonomia desses indivíduos passou a ser atrelada a uma preocupação com a qualidade de vida, a fim de maximizar as possibilidades tanto de desenvolvimento interpessoal quanto de inserção social futura.

Neste sentido precisamos que a Educação programe a formação integral do sujeito como suporte, para que ele possua subsídios para uma inserção social, garantindo o direito à acessibilidade, tema este discutido muito atualmente. É destacado ainda que é direito da pessoa com deficiência, o transporte, a comunicação, entre outros suportes que auxiliam Inclusão desta pessoa, bem frisado no art. 53 desta lei: “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”. (BRASIL, 2015, p.17).

Mesmo a pessoa que possui mobilidade reduzida tem o direito de exercer seus direitos sociais e cidadãos. Está lei repudia qualquer forma de discriminação ou omissão dos direitos assegurados, pois não é somente incluir, mas sim, dar condições dignas de acesso e permanência tanto na escola quanto ao acesso e exercícios dos direitos sociais, isto está bem destacado no capítulo 2, Art. 4, inciso 1, abordando sobre a discriminação:

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2015, p.3).

Neste viés, observamos que está igualdade muitas vezes citada no decorrer do texto, está relacionada ao equilíbrio entre a igualdade e as condições das subjetividades, pois segundo Meletti (2013, p.21):

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 4 – Volume 1 – União da Vitória – Paraná.
De janeiro a maio de 2017. ISSN: 2359-3318.

A equidade é um conceito que visa o equilíbrio entre o princípio de igualdade e as condições concretas trazidas pelas diversidades situacionais e mesmo pelas diferenças individuais. (...) No caso concreto de se revelar uma situação potencialmente obstaculizadora da igualdade, deve-se buscar superação de modo a introduzir uma nova relação, agora mais igualitária, onde antes havia uma relação de desigualdade.

Assim, é necessário que haja uma relação mais igualitária, dando condições, acessibilidade, participação social entre outros, para que estas pessoas com deficiência não sejam discriminadas e deixadas de lado. Dessa forma, evidenciamos a importância das Pedagogas (os) compreenderem que essa Lei dispõe sobre a perspectiva inclusiva, quando evidencia o princípio da valorização e da dignidade humana em diversas esferas. Reconhece perante a sociedade brasileira as pessoas com deficiência como iguais em direitos, delegando à sociedade o respeito e o atendimento às suas especificidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo podemos observar que a Inclusão ao longo dos anos vem sendo mostrada de diferentes formas, evidenciando que com a Constituição Federal a Educação tornou-se direito de todos, porém na prática pedagógica há alguns obstáculos para sua efetivação e é neste sentido que muitas políticas públicas, surgiram para dar subsídios para que estes alunos com deficiência pudessem ter acesso à escolarização.

Neste sentido, entendemos ao longo do estudo que a Síndrome de Down não é uma doença, mas uma cromossômica que não impede a escolarização, porém, estes apresentam dificuldades na aprendizagem e precisa ser superado estas limitações. Pela compreensão da Lei 13146/2015 reconhecemos às pessoas com deficiência os direitos e especificidades fundamentais dos seres humanos com possibilidades de autonomia a esses sujeitos de direitos. A legislação garante ainda, que o processo educacional precisa adaptar-se a subjetividades destes alunos para atender com qualidade os mesmos, dando condições dignas de acesso, permanência e participação na escola.

REFERÊNCIAS

BOLONHINI JUNIOR, Roberto. **Portadores de Necessidades Especiais: As principais prerrogativas dos portadores de necessidades especiais e a legislação brasileira.** São Paulo. ARX. 2004

BRASIL. **Lei da Pessoa com Deficiência** nº 13.146 de 2015. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 3 de agosto de 2016.

BUENO. José Geraldo Silveira, **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico.** Educar, nº17, p.101 a 110, Editora da UFPR, Curitiba, 2001.

BUENO, José Geraldo. **As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial?** Brasília, 2008

CAMARGO-SILVA, Sandra Salete. GOULART, Áurea Maria Paes Leme. **O atendimento especializado como uma possibilidade de efetivação da Educação Inclusiva: em foco o projeto de integração dos alunos de classe especial e as salas de recursos.** In: MORI, Nerli Nonato Ribeiro. GOULART, Áurea Maria Pais Leme. **Educação e Inclusão: Estudo sobre as salas de recurso no Estado do Paraná.** Eduem. 2010. Maringá

MENDES, Eunicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, maio-agosto, 2010.

MENDES, Eunicéia Gonçalves. Inclusão Marco Zero começando pelas creches, História do Movimento pela inclusão escolar. 2010.

PEREIRA-SILVA, Nara Liana. DISSEN, Maria Auxiliadora. **Crianças com e sem Síndrome de Down: Valores e crenças de pais e professores.** Rev. Ed, Esp. Marília, Set-Dez, 2007 V13 n3 p. 429-446

PIMENTEL, Susana Couto. **Conviver com a Síndrome de Down em Escolas Inclusivas: Mediação Pedagógica e Formação de Conceitos.** Petrópolis-RJ. Vozes. 2012